

ATA DA QUADRAGÉSIMA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA DA SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA, EM 23-5-2018.

Aos vinte e três dias do mês de maio do ano de dois mil e dezoito, reuniu-se, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Adeli Sell, Aldacir Oliboni, André Carús, Cassiá Carpes, Fernanda Melchionna, José Freitas, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Marcelo Sgarbossa, Moisés Barboza, Paulo Brum, Sofia Cavedon e Valter Nagelstein. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a Sessão, registraram presença Alvoni Medina, Cassio Trogildo, Cláudio Janta, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Dr. Thiago, Elizandro Sabino, Felipe Camozzato, Lourdes Sprenger, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Mendes Ribeiro, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Prof. Alex Fraga, Professor Wambert, Reginaldo Pujol, Ricardo Gomes, Roberto Robaina, Rodrigo Maroni e Tarciso Flecha Negra. À MESA, foram encaminhados: o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 009/18 (Processo nº 0700/18), de autoria de Cláudio Janta; o Projeto de Lei do Legislativo nº 075/18 (Processo nº 0665/18), de autoria de Fernanda Melchionna; o Projeto de Resolução nº 005/18 (Processo nº 0477/18), de autoria de Márcio Bins Ely; os Projetos de Lei do Legislativo nºs 060 e 061/18 (Processos nºs 0710 e 0711/18, respectivamente), de autoria de Moisés Barboza; o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 049/17 (Processo nº 2998/17), de autoria de Reginete Bispo; os Projetos de Lei do Legislativo nºs 045 e 052/18 (Processos nºs 0561 e 0643/18, respectivamente), de autoria de Rodrigo Maroni. A seguir, por solicitação de Adeli Sell, foi realizado um minuto de silêncio em homenagem póstuma a Alberto Dines. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Sofia Cavedon, Rodrigo Maroni, Marcelo Sgarbossa, Cláudio Janta, Dr. Thiago, Mauro Zacher e Fernanda Melchionna. Às quinze horas e treze minutos, constatada a existência de quórum deliberativo, foi iniciada a ORDEM DO DIA. Em Discussão Geral e Votação, foi aprovado o Projeto de Lei do Legislativo nº 022/18 (Processo nº 0346/18), por vinte e nove votos SIM, em votação nominal solicitada por Valter Nagelstein, tendo votado Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, André Carús, Cassiá Carpes, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Dr. Thiago, Felipe Camozzato, Fernanda Melchionna, José Freitas, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Lourdes Sprenger, Marcelo Sgarbossa, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Mendes Ribeiro, Moisés Barboza, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Prof. Alex Fraga, Reginaldo Pujol, Ricardo Gomes, Roberto Robaina, Sofia Cavedon, Tarciso Flecha Negra e Valter Nagelstein. Em Discussão Geral e Votação, foi rejeitado o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 025/16 (Processo nº 1734/16), por onze votos SIM e quinze votos NÃO, após ser discutido por Marcelo Sgarbossa, Reginaldo Pujol, Moisés Barboza, Prof. Alex Fraga, Ricardo Gomes, Sofia Cavedon, Cláudio Janta e Mauro Zacher e encaminhado à votação por Marcelo Sgarbossa e Prof. Alex Fraga, em votação nominal solicitada por Valter Nagelstein, tendo votado Sim Adeli Sell, Aldacir Oliboni,

Fernanda Melchionna, João Bosco Vaz, Marcelo Sgarbossa, Mauro Zacher, Márcio Bins Ely, Paulinho Motorista, Prof. Alex Fraga, Roberto Robaina e Sofia Cavedon e Não André Carús, Cassiá Carpes, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Elizandro Sabino, Felipe Camozzato, José Freitas, João Carlos Nedel, Lourdes Sprenger, Mauro Pinheiro, Moisés Barboza, Mônica Leal, Paulo Brum, Reginaldo Pujol e Ricardo Gomes. Em Votação, foi aprovado o Requerimento nº 037/18 (Processo nº 0425/18), por dezoito votos SIM e seis votos NÃO, após ser encaminhado à votação por Sofia Cavedon, Reginaldo Pujol e Prof. Alex Fraga, em votação nominal solicitada por Valter Nagelstein, tendo votado Sim Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Dr. Goulart, Fernanda Melchionna, José Freitas, João Bosco Vaz, Marcelo Sgarbossa, Mauro Zacher, Márcio Bins Ely, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Prof. Alex Fraga, Roberto Robaina e Sofia Cavedon e Não André Carús, João Carlos Nedel, Mauro Pinheiro, Moisés Barboza, Reginaldo Pujol e Ricardo Gomes. Em Discussão Geral e Votação, foi votado o Projeto de Lei do Legislativo nº 206/14 (Processo nº 2178/14), obtendo oito votos SIM e nove votos NÃO, após ser discutido por Marcelo Sgarbossa, André Carús, este duas vezes, Adeli Sell, Prof. Alex Fraga, João Carlos Nedel, Fernanda Melchionna e Sofia Cavedon e encaminhado à votação por Marcelo Sgarbossa, André Carús, Cláudio Janta, Prof. Alex Fraga, Reginaldo Pujol e Felipe Camozzato, em votação nominal solicitada por Valter Nagelstein, tendo votado Sim Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Fernanda Melchionna, Marcelo Sgarbossa, Paulinho Motorista, Prof. Alex Fraga, Roberto Robaina e Sofia Cavedon e Não Alvoni Medina, André Carús, Felipe Camozzato, José Freitas, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Moisés Barboza, Reginaldo Pujol e Ricardo Gomes, votação essa declarada nula em face da inexistência de quórum deliberativo. Durante a apreciação do Projeto de Lei do Legislativo nº 206/14, Aldacir Oliboni e Ricardo Gomes cederam seus tempos de discussão, respectivamente, a Marcelo Sgarbossa e a André Carús. Às dezoito horas e três minutos, constatada a inexistência de quórum deliberativo, foi encerrada a Ordem do Dia. Em PAUTA, Discussão Preliminar, estiveram, em 2ª Sessão, os Projetos de Lei do Legislativo nºs 296 e 350/17. Durante a Sessão, Adeli Sell, Mauro Zacher, Sofia Cavedon e Aldacir Oliboni manifestaram-se acerca de assuntos diversos. Às dezoito horas e quatro minutos, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Adeli Sell, Valter Nagelstein, Mônica Leal e Mauro Pinheiro e secretariados por José Freitas. Do que foi lavrada a presente Ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente.

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): O Ver. Adeli Sell está com a palavra.

VEREADOR ADELI SELL (PT) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito um minuto de silêncio pelo falecimento do jornalista Alberto Dines, por ter feito o bom jornalismo, o jornalismo profissional. Temos obrigação de fazer uma

homenagem a este grande jornalista, a este grande homem de mídia do Brasil, acho que uma das pessoas mais importantes do último século e do início deste século.

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Deferimos o pedido.

(Faz-se um minuto de silêncio.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA SOFIA CAVEDON (PT): Sr. Presidente; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; caras colegas municipais, das várias Secretarias, que começam uma vigília nesta Casa, que estão em mobilização pela sua data-base, mas, principalmente, porque estão em estado de alerta total pela renovada iniciativa do Prefeito Marchezan, que mira, mais uma vez, em suas carreiras, em suas condições de trabalho, em seu estímulo para permanência com qualidade; que mira, mais uma vez, em sua aposentadoria, também, mexendo de forma grave como possível solução para a sua incapacidade de criação de alternativas para o desenvolvimento da cidade de Porto Alegre.

Começamos este ano fazendo esse debate aqui, com um ingrediente novo, que é a imposição dos tempos do Prefeito, a imposição da urgência através de um requerimento do Prefeito. Esse é o debate que nós, há duas semanas, estamos fazendo, pedindo ao Presidente da Casa e ao conjunto dos Vereadores que esta Câmara mantenha a sua autonomia diante do Executivo e não aceite que se rompa uma cultura democrática importante, de relação de harmonia e independência entre os Poderes que esta Câmara preservou, diferente de muitos outros espaços e esferas, e que cada vez se torna mais preciosa, diante de um Prefeito que não é afeto à democracia; diante de um Prefeito que despreza a participação popular; diante de um Prefeito que despreza, inclusive, esta Câmara, chamando-a de covarde, de Câmara que não responde aos desafios da Cidade; e diante de um Prefeito que não conta com os funcionários, que não estabelece parceria com eles, que os atinge, que os humilha, que os desrespeita e que os enxerga como privilegiados e não como parceiros da administração pública e das políticas públicas. Ora, diante de um Prefeito com essas características, mais ainda se torna necessária uma Câmara que mantenha autonomia, que tome suas decisões a partir do debate plural e democrático desta Câmara entre si, entre os diferentes partidos, com a população e com o funcionalismo. Com a população e com o funcionalismo, porque nós nunca diferenciamos ou separamos. Nos negamos a compreender como um movimento corporativo a defesa que os funcionários fazem da sua carreira...

(Aparte antirregimental do Ver. João Bosco Vaz.)

VEREADORA SOFIA CAVEDON (PT): E a prova disso, Bosco, que é parceiro nessas votações, é que a consequência de um ano de ataque ao funcionalismo é

que as políticas públicas não funcionam em Porto Alegre como deveriam funcionar. A consequência é uma Cidade esburacada, a consequência é uma Cidade cheia de mato, as praças mal cuidadas. As consequências do desprestígio, do desrespeito ao funcionalismo chegam na Cidade, porque, em cada uma das escolas que eu visito, posto de saúde que vocês visitam, Vereadores, FASC, SME, nós temos funcionários que pedem demissão do serviço público, funcionários que se aposentam precocemente do serviço público, porque não aguentam o assédio moral, o desrespeito e a ameaça à sua carreira e à sua trajetória profissional. Isso bate hoje no atendimento à Cidade. E nós dizíamos isso desde o início do ano passado, aliás, desde o final de 2016: Prefeito, você não atinge os municipais, você comprime a possibilidade de uma Cidade ter políticas públicas de verdade e de qualidade. Então, é desse debate que se trata hoje na Câmara Municipal, aceitar a imposição de alguém que joga a Cidade para trás, no quanto pior melhor, ou construir, de maneira democrática, participativa, transparente, alternativas para a Cidade, que esta Câmara sempre fez, apresentou e vetou, e muitas vezes foi vetado pelo Prefeito. Encaminho a minha fala dizendo o seguinte: os dados que mais uma vez o Prefeito apresenta para justificar os ataques todos, pelos quais recolocou, mantém ou pede urgência, são dados equivocados, no mínimo suspeitos, que não correspondem à realidade, seja com comprometimento com pessoal que está sete pontos percentuais acima do que disse o Tribunal de Contas, seja a ampliação do gasto com funcionalismo, que é praticamente a mesma que a inflação. Então, Prefeito, trabalhe, mostre competência, capacidade de impulsão do desenvolvimento e pare de perseguir o funcionalismo, respeite esta Cidade que construiu a democracia como instrumento de gestão e de construção de políticas públicas. Não vamos permitir que ele imponha a esta Casa o seu modo autoritário e desrespeitoso de governar.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Obrigado. O Ver. Rodrigo Maroni está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR RODRIGO MARONI (PODE): Boa tarde, caro Presidente Valter Nagelstein, Vereadores, colegas da Câmara, funcionários. Estava aqui comentando com um professor meu de 2º Grau, Alexandre, professor municipal que está aqui presente, para o qual faço uma homenagem. Está aí o Xande, meu parceiro, foi meu professor de biologia – tenho muito carinho em vê-lo. Eu acabei envelhecendo, Xande, mas tu continuas o mesmo. Eu estava comentando com relação à greve do ano passado, em que, junto com o Roberto, fui o 19º voto para terminar a greve. E sou filho de funcionário público, reafirmo aqui e reafirmo perante o meu professor. É uma luta que, na verdade, me trouxe para a política, lá atrás, quando eu tinha 12 anos, quando eu me filiei no primeiro partido político, 1994, hoje estou com 36 anos. Então, a luta do funcionalismo público, como eu te dizia, Xande, é uma luta histórica e que não passa por governo, porque a minha mãe, sendo funcionária, passou por 16 anos de arrocho salarial na década de 1990 – 16 anos! Eu me lembro que a gente permanentemente...

(Aparte antirregimental do Ver. João Bosco Vaz.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Vereador, solicito por favor...

(Manifestações nas galerias.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Acho que a interação com a plateia é importante; ouvi uma expressão que não gostei, peço que ofensas não sejam proferidas.

(Manifestações nas galerias.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Não, o Vereador não ofendeu ninguém, ele está argumentando as suas razões, só acho que adjetivar as pessoas de vagabundo, nenhum servidor gosta de ouvir isso, muito menos o Vereador gosta de ouvir. Então, eu peço, por favor, que a gente, no início desta relação – vocês são muito bem-vindos –, pautue o respeito aqui a este ambiente, que tenho certeza que será o melhor para o desenlace de tudo o que pode acontecer nos próximos meses. Eu quero garantir, novamente, a tribuna ao Ver. Rodrigo Maroni. Quero pedir ao Ver. João Bosco Vaz e à Ver.^a Sofia Cavedon, que as assessorias dos Vereadores, por favor, se dirijam às suas bancadas, não façam esse tipo de interpelação aos Srs. Vereadores, pois é antirregimental e nós temos que evitar esse tipo de questão. É óbvio que o diálogo é importante, mas a interpelação de Vereadores pelas assessorias, pediria que nós evitássemos essa questão. Por favor, eu pediria tranquilidade para nós seguirmos a nossa Sessão. A palavra está com o Ver. Rodrigo Maroni, que está na tribuna.

VEREADOR RODRIGO MARONI (PODE): Obrigado, Presidente. Para finalizar, queria pedir aos meus colegas Ver. Bosco e Ver.^a Sofia tranquilidade. E quero dizer que esse debate dos servidores vocês vão poder continuar comigo, porque eu acho que a regra pode ser mudada, mas de forma planejada, daqui a 30, 40 anos, porque o serviço público tem que ser respeitado, fundamentalmente, melhorado, qualificado, mas, se for para mudar regra, que seja daqui a 30 ou 40 anos. É difícil mudar as regras para pessoas que estão em final de carreira, e isso eu jamais aceitarei, por isso eu fui o 19º voto.

Mas eu queria falar com relação a um jornalista que disse que eu estaria, Prof. Alexandre, colega Ver. Bosco, criando mais uma minoria. Semana passada, na rádio, disse que eu criaria mais uma minoria por defender uma causa, que seria muito fácil para mim ser um Vereador, ou simplesmente ser um Deputado. Queria eu, na verdade, cumprir a função meramente de um Vereador ou Deputado. A minha mãe, professor, talvez tu a tenhas conhecido quando chamavas para entregar os boletins, é a pessoa mais preocupada com isso. E esse jornalista disse que, por eu botar o meu dinheiro – é quase todo o meu dinheiro –, que é quase todo pela ausência de política

pública, eu estaria criando mais uma minoria. Primeiro, os animais não são minoria, porque são milhares nas ruas, compatíveis com a população de cada cidade. Só em Porto Alegre, na minha opinião, deve ter em torno de 2 milhões de animais abandonados. Até porque um animal pode chegar a procriar, Ver.^a Lourdes – tu sabes bem –, centenas de animais, não estando castrado. E a ausência de hospital, a ausência de delegacia, a ausência de projetos de castração não é uma minoria que eu estou defendendo – não é uma minoria! –, é uma maioria silenciosa que não tem como falar pelo que passa, porque não tem como testemunhar o sofrimento pelo qual passa. Quando esse jornalista diz que é uma minoria, eu diria que é uma maioria, só que sofre, tem dor, tem fome, não tem política pública, não tem projetos aprovados dentro das câmaras, das assembleias, não se avança... E aí vem um indivíduo que não cumpre papel de Vereador, nem de Deputado, que coloca quase que integralmente o seu salário para ser debochado e achincalhado. Eu tinha um colega, cujo nome não vou citar, que disse: “Maroni, tu crias projeto para Vereador limpar a bunda de cachorro em canil”. E eu acho inclusive que seria muito salutar, muito saudável, seria uma forma de humanizar os políticos. Ontem à noite eu estava pensando: que missão bacana que eu tenho, que me desgasta, que me cansa; por exemplo, hoje, estou com a calça, do joelho para baixo, cheia de merda, mas que me humaniza, me humaniza como nada. Tu viveres para uma missão, para uma causa é tão grandioso, te dá um significado na vida. E, para a política, limpar a bunda, sim, como foi um dos projetos, dizia – agora chegou o colega que me falou essa brincadeira – o seguinte: limpar bunda de cachorro talvez, talvez percebesse a dor dos cachorros. E por isso que eu luto aqui dentro. E a esse jornalista como a todos os políticos que debocham eu quero dizer o seguinte: eu convido a virem passar um dia comigo para verem a realidade da maioria silenciosa que não vota, que não expressa a sua opinião, que não tem como subir aqui no plenário para falar, mas que tem dor, que tem fome, que fica o ano inteiro com uma pata quebrada, com uma bicheira, tem a vida muito curta. E essa é a realidade dos animais; por isso, eu grito aqui, Marcelo, por essa maioria, que é muito superior à nossa espécie! Os animais são infinitamente superiores à nossa espécie. O que levamos uma vida inteira para aprender, em ter respeito, generosidade, os animais já nascem sabendo. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(A Ver.^a Mônica Leal assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

VEREADOR MARCELO SGARBOSSA (PT): Primeiro, uma boa tarde a todos e todas, servidores e servidoras que voltam a frequentar a Câmara Municipal, até com uma renovada preocupação. Quero lembrar aqui, falo em nome do PT e do PSOL, a quem agradeço o momento que me confere como Líder da oposição de fazer esta manifestação. No ano passado, tivemos durante um longo período, várias tardes em que

muitos de vocês estiveram aqui, acompanharam, eu acredito que até aprenderam muito estando aqui, no sentido de que conheceram o trabalho da Câmara, o posicionamento de muitos Vereadores. Então, de uma certa forma, foi um saldo positivo nesse sentido. Mas nós esperávamos que, na virada do ano, e com as derrotas que o Prefeito Marchezan teve, inclusive da sua própria base... Eu quero sempre lembrar aqui, Ver. Bosco, na questão do IPTU, que a sua própria base fez questão de derrotá-lo naquela noite, naquele dia, fomos numa votação praticamente até à meia-noite, não lembro agora o dia. Pela falta de diálogo, pela falta de capacidade política de dialogar com a sua própria base, logrou uma derrota realmente até agora inexplicável.

Houve uma situação de tumulto agora há pouco no plenário, e quero dizer que nós temos, sim, pontos de concordância com o projeto do IPTU. Nós concordamos com progressividade, concordamos que quem tem imóvel mais caro pague mais. E o projeto, incrivelmente, traz esse conceito; nós não concordamos com as alíquotas, faremos emendas, mas está ali o conceito da progressividade, com isso concordamos, inclusive lutamos dentro das administrações populares para que houvesse isso, mas não conseguimos, ainda não tínhamos o Estatuto da Cidade, não havia previsão legal. E essas iniciativas que foram tomadas nos governos dos anos 1990, de Olívio, Tarso e Raul, foram depois derrubadas na Justiça.

Portanto, nós temos, sim, é bom dizer aqui, concordância com a ideia da progressividade, ou seja, quem tem imóveis mais caros deve pagar mais. Nós concordamos com esse conceito, isso não significa que concordamos com o projeto como está, que tem problemas graves ali, como é o caso da redução da alíquota para terrenos baldios – somos totalmente contrários a isso. Inclusive, no ano passado, fizemos emenda criando IPTU progressivo no tempo, para justamente inibir que o especulador imobiliário deixe ali um imóvel valorizando, esperando um momento em que ganhará mais, esperando valorizar o entorno, por exemplo. Então nós temos muitas discordâncias, é um tema que está sendo discutido na Comissão que foi criada especialmente para isso. O que podemos dizer em relação ao ano passado? Estamos num ano diferente; o Prefeito tenta fazer alguns gestos – veio até à Câmara, procurou as bancadas para conversar –, mas não há uma mudança de concepção. Então, pode até tentar o diálogo, mas nós precisamos que mude a concepção.

Quero falar aqui especificamente de um dos temas, que trata dos regimes. Nós temos uma divergência profunda de concepção, porque entendemos que um servidor, depois de algum tempo, vai criando, vai fazendo opções, deixando de assumir outras atividades que poderia assumir, inclusive profissionais, porque, com o tempo, gerou uma certa garantia com aquela remuneração e com aquele tempo do seu trabalho diário. Portanto, essa ideia de que o gestor pode dizer que hoje você trabalha com 30, amanhã trabalha com 20, com 30, isso é dar muito poder para o gestor e tornar o servidor refém dessa política, que o gestor usa inclusive como pressão.

Então, é importante essa estabilidade. A ideia da estabilidade no serviço público é nesse conceito, ou seja, eu ter tranquilidade de saber que eu, depois de um determinado tempo, no caso aqui dois anos, incorporo isso e estou tranquilo que não precisarei inclusive fazer outras atividades econômicas para complementar a minha

renda. É um dos temas mais importantes, que tratam da carreira dos servidores, nem vou tocar nos outros temas, mas é só para dizer que, sim, parece haver mais diálogo neste momento. Talvez o ano passado tenha sido um ano de aprendizado para o Prefeito. Pelo menos ele procura, simbolicamente ou efetivamente, um diálogo, mas a concepção continua a mesma. E é por isso que nós estamos aqui nos digladiando num tema que parece periférico, que é a questão do regime de urgência, mas é claro que está por trás também essa concepção, pois voltam os mesmos projetos.

É por isso que quando nós dizemos que tem que haver mais debate, eu quero lembrar que esses projetos chegaram em maio deste ano. Poderiam ter chegado em fevereiro; ou poderia, o Executivo, ter aberto um diálogo com a Cidade, um diálogo real, desde fevereiro. Então, espera até maio para protocolar os projetos e pede urgência. E nós estamos aqui nos digladiando acerca de quando começou a contar esse prazo. Se foi a partir do protocolo, foi inclusive tema da reunião de líderes de hoje de manhã, eu agora não tenho a data certa do início, talvez metade desse prazo dos 45 dias já tenha transcorrido. Então, vejam que não podemos ficar aqui nas minúcias jurídicas, se é do Protocolo, se é do parecer da Procuradoria da Casa, mas, no fundo, no fundo, esta é uma Casa política e nós temos que tratar de política. E a política, aqui, no caso, é que estão em jogo as concepções do que é o serviço público, do acúmulo que um servidor público... É diferente, se você contrata um privado, ele vem, trabalha e vai embora; ele não gera acúmulo, não gera conhecimento, *know-how*, que vai transferindo de gerações para gerações, e isso vai ficando para o bem da Cidade. Não é nem funcionário público o nome, o nome é servidor público, desde a Constituição de 88, porque as pessoas que fazem um concurso estão dispostas a servir o público – isso é muito diferente de uma concepção privada e privatista que ainda vigora nos projetos do Prefeito encaminhados neste ano. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD): Sra. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, público que nos assiste das galerias, através da TVCâmara e da Rádio Câmara, gostaria que o Governo tivesse a pressa que está tendo para onerar a população pobre de Porto Alegre com o IPTU para resolver os problemas de segurança pública e de saúde da nossa Cidade. Gostaria que o Governo tivesse a pressa que está tendo para tirar direitos e conquistas dos trabalhadores municipais para resolver os problemas de buracos da nossa Cidade, de capina da nossa cidade, problemas estruturantes da nossa cidade, principalmente do seu Governo. O Prefeito fez uma campanha o tempo inteiro, esbaforido, correndo, andando na nossa Cidade. E agora imprime a esta Casa, de forma absurda e nunca vista, um ritmo alucinado para aprovar os seus projetos inconstitucionais e ilegais, isso nunca se viu, e os seus defensores irão dizer que isso ocorre no Governo do Estado.

Vejam bem, o Sartori está há quatro anos tentando fazer um plebiscito para vender algumas estatais. Se seu fosse permitido o que dizem os seus defensores aqui do Governo, o regime de urgência, emergência, o regime que é desrespeitar esta Casa, desrespeitar o povo de Porto Alegre, o Sartori, em 30 ou 45 dias, como dizem os defensores do Prefeito que não gosta de pobre, teria feito isso, Paulinho Motorista, Robaina, teria atropelado o povo e teria feito o seu plebiscito. Aqui estão atropelando a Câmara de Porto Alegre, estão atropelando o povo. Vale o protocolo! Isto é, terá projeto sendo votado no dia 31 de maio já. E os Vereadores sequer discutiram com as Bancadas, discutiram entre si os projetos, e as comissões não discutiram. A CCJ está sendo atropelada nesta Casa. O que determina o Regimento desta Casa, a audiência pública – estão sendo atropelado nesta Casa. E aí o Prefeito diz que está ouvindo o Orçamento Participativo. Ele diz que o dinheiro, que virá, será para saldar o rombo do caixa. E aí ele vai ao OP e diz que o dinheiro é para fazer as demandas do OP, só que o rombo do caixa é em torno de R\$ 400 milhões. Esse dinheiro, se entrar, não vai tapar quase nada do rombo de caixa. Esse Prefeito não teve coragem de fazer o que tinha de fazer, não diminuiu o número de CCs, não cobrou as dívidas que tinha que cobrar. Esta Casa aprovou de colocar as dívidas no Serasa e no cartório, e ele não teve coragem de fazer isso ainda e quer colocar no Cadin agora, mas quer colocar no Cadin aquele pobre que não consegue pagar o IPTU, que ele quer aumentar; quer botar no Cadin aquele pequeno comerciante que não está conseguindo pagar o ISS, porque os grandes estão devendo fortunas que ele não consegue cobrar. Quer tirar direito dos trabalhadores que atendem na saúde, na segurança e na educação, mas os grandes ele não enfrenta. Só quer enfrentar os pobres e as pessoas que mais precisam nesta Cidade. Não dá mais para aguentar esse Prefeito que mentiu para se eleger, disse que não aumentaria impostos. Esse Prefeito que mentiu para se eleger disse que ia valorizar o servidor público; esse Prefeito que mentiu para se eleger disse que ia resolver as questões da população de Porto Alegre. E agora, como nunca visto nesta Cidade, atropela esta Casa, atropela descaradamente a Casa do Povo de Porto Alegre. Muito obrigado, Sr. Presidente. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Dr. Thiago está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR DR. THIAGO (DEM): Cara Presidente, caros colegas Vereadores, caros colegas municipais que nos dão a honra da sua presença na tarde de hoje. É mais um dia triste desta Câmara Municipal, por quê? Porque a Câmara agora tem no bojo 16 projetos de altíssima complexidade em regime de urgência; porque um conjunto de 14 Vereadores solicitou recurso desta decisão, que nunca se teve nesta Casa. Esta Casa nunca teve projeto em regime de urgência avaliado sem votação. Isso nunca existiu! Hoje conversávamos com o Ver. João Antônio Dib no almoço, que ficou estupefato com isso, porque isso nunca existiu. Então temos 16 projetos em regime de

urgência sem ter tido a discussão necessária, projetos extremamente complexos, que mexem com a vida dos servidores, bem como, Ver. João Bosco Vaz, com a vida da Cidade, que é a situação do IPTU e outros. Para vocês terem uma ideia, existem setores – é isso o que referia o Ver. João Bosco Vaz – que vão ter o seu IPTU diminuído à metade, dinheiro que vai deixar de entrar nos cofres públicos, setores já bem avantajados da economia da Cidade. No entanto, a classe média é que vai pagar o pato, é que vai pagar no carnê e no talão os seus 30% de aumento de imposto. E por que ele, o Prefeito Municipal, só fala que vão diminuir? Faz falácias dizendo que vai diminuir o dos pobres. Se ele vai diminuir dos pobres e da classe média, por que não fez o simulador, não colocou o simulador no *site* da Prefeitura? Por que tem caroço embaixo desse angu – essa é a grande verdade –, tem caroço embaixo desse angu.

Mas não é só isso, hoje fomos mais uma vez surpreendidos com outras duas decisões. A decisão primeira de não dar o efeito suspensivo ao recurso que foi feito por 14 Vereadores, o que está no Regimento da Casa, no art. 99, foi solicitado no recurso. Então, não deu efeito suspensivo. E mais, há requerimento vindo do Sr. Prefeito diminuindo o prazo, mais uma vez, de tramitação dos projetos. Nos projetos, o prazo passa a ser contado do dia do protocolo. Só que, no dia do protocolo, não tinha sequer se definido o rito dos projetos, Ver. Mauro Zacher. Então, não estou nem falando do mérito, quando o Prefeito quer legislar sobre os funcionários desta Câmara, e está constando lá no projeto da Previdência: Câmara Municipal de Porto Alegre. Ou seja, o Prefeito não só legisla sobre os servidores do Paço Municipal, como também quer legislar sobre os servidores da Câmara Municipal. Infelizmente, e por isso digo triste, porque isso vai derivar para um recurso judicial, Ver. Prof. Alex, porque, claramente, está sendo cerceado o nosso mandato, pelo menos, dos 14 Vereadores que interpuseram o recurso, claramente, claramente! Mas como não dar o efeito suspensivo? Isso está no art. 99 do nosso Regimento, se ele é solicitado num requerimento de discussão da decisão do Presidente, ele tem que ser provido. Portanto, é um triste período da Câmara Municipal de Porto Alegre; eu acho que só nos resta, a todos nós, resistirmos em nome da Cidade. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Mauro Zacher está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR MAURO ZACHER (PDT): Colegas Vereadores, servidores que aqui nos acompanham nas galerias, os Vereadores que me antecederam já pontuaram algumas questões que levam a gente a resistir e novamente ter a certeza de que encerraremos 2018 com muita luta, Ver. Thiago, Ver. Robaina, porque me parece, às vezes, pela baixíssima transparência dos projetos, principalmente no que diz respeito ao IPTU, e com o pouco espaço para o diálogo, que o Governo, que mandará outros projetos para esta Casa, talvez assim consiga desviar os olhares da opinião pública, da mídia, do cidadão para a péssima gestão em que a Cidade se encontra. No ano passado,

tinha ainda a desculpa de colocar a culpa no antecessor: “É tudo culpa do antecessor, a Prefeitura está endividada, a Prefeitura não tem condições de honrar seus compromissos, terei que parcelar salários”, mesmo que a gente tenha mostrado que foi com dinheiro em caixa. Agora, o que nós temos que dizer à população, primeiro é que nós temos consciência do momento que os nossos Municípios, os nossos Prefeitos, enfrentam no que diz respeito às finanças. Eu não canso de dizer isso, que nesse bolo tributário, em que a maior fatia fica com a União e com o Estado, e o Município fica com as principais obrigações, não tem como os Prefeitos estarem gozando de uma situação financeira difícil.

O que o Prefeito não consegue trazer para esta Casa, abrindo um diálogo com a sociedade, são os caminhos para que nós possamos novamente botar a Cidade no desenvolvimento, para que nós possamos incrementar a receita do Município sem ter que botar na conta do cidadão, sem ter que aumentar impostos ou atacar a despesa somente através do servidor público. A Cidade tem que fazer seu exercício, nós sabemos disso, temos consciência, Ver.^a Mônica, mas nós não iremos permitir que as soluções sejam essas apresentadas; primeiro, através do discurso de justiça tributária, tentando profetizar que a planta do IPTU não é revisada há muitos anos, o que não é verdade, porque houve duas revisões, mesmo que parciais, tentando fazer esse discurso de que é necessário aumentar o IPTU para, enfim, tratar as questões financeiras do Município. Embora a planta do IPTU não seja revisada totalmente há alguns anos, quanto ao arcabouço das receitas municipais, ou seja, quanto ao somatório das receitas municipais *per capita*, nós estamos acima da média nacional. O Prefeito tenta, não só em relação ao IPTU, perseguir aquilo que já dizia como Deputado, trazendo com ele as suas convicções em relação aos servidores públicos.

Quero dizer para vocês que nós, o nosso partido, assinamos juntamente, porque somos contra esse regime de urgência; não que esta Casa não tenha tratado muitos projetos em regime de urgência, mas porque a magnitude, a relevância deles, o impacto no cidadão, o aumento de impostos, o impacto nos mais de 20 mil servidores que o Município tem, merece o tratamento o encaminhamento, a discussão necessária. Esta Casa não está dizendo não aos problemas, esta Casa não está se negando buscar enfrentar os problemas, porque nós sabemos que eles aí estão, o que não deixaremos é de lutar para que o Governo não consiga encontrar o caminho mais fácil no aumento de imposto e na perseguição aos servidores municipais. Contem com o PDT. Nós queremos travar essa discussão, queremos o melhor para a Cidade, queremos que a Cidade volte a ter serviços de qualidade, queremos que a Cidade volte a ter investimentos necessários, nós queremos que a Cidade possa finalizar essas obras paradas, tão importantes, para melhorar a mobilidade da Cidade ao cidadão, mas nós não aceitaremos o caminho mais fácil.

Então, contem com o PDT; contem, porque nós queremos ser parceiros dos servidores, queremos ser parceiros do cidadão, queremos ser parceiros da Prefeitura para que nós possamos encontrar caminhos, soluções, para que possamos sair dessa situação financeira que se encontra e que possamos devolver à cidade de Porto Alegre

aquela alegria e aquele orgulho de ser porto-alegrense que nós já tivemos. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA FERNANDA MELCHIONNA (PSOL): Boa tarde a todos servidores e servidoras, valorosos municipais da cidade de Porto Alegre, eu quero cumprimentar as representações dos Sindicatos, a Astec, o Simpa, Julio Appel, presidente do Sindisaúde, também aqui para prestar a sua solidariedade e apoio à luta. Na verdade, nós esperávamos ouvir todas as intervenções, porque esperávamos que o Governo falasse, Ver. Moisés Barboza, diante de tantas cobranças que vieram do ponto de vista das bancadas parlamentares, sobretudo das últimas, péssimas novidades, que tivemos no Município. Primeiro é que o Governo diz que quer dialogar, que quer negociar, que está construindo um pacote para enfrentar a crise da cidade de Porto Alegre, e a gente vê que o Governo, na verdade, quer, de novo, enfrentar os servidores públicos municipais, que, felizmente, seguirão, porque o Governo dele algum dia acabará.

Chamaram as bancadas – o Ver. Roberto Robaina, o Ver. Alex Fraga, a nossa bancada do PSOL, a quem eu agradeço a oportunidade de falar – para discutir os pacotes. Na verdade, ao mesmo tempo em que estão tentando discutir o ISS, o IPTU, que foi trazido por outros Vereadores aqui na tribuna, eles fazem uma tentativa de impor uma maioria das maneiras mais sórdidas que possam existir. Primeiro, mandam em regime de urgência, o que ninguém nunca pediu, nenhum Prefeito, ninguém nunca pediu regime de urgência pelo art. 95 – isso nunca aconteceu. Depois, eram só oito projetos na urgência, que teria como data para começar a contar o prazo a análise da Procuradoria. No início da semana, já mudou de figura: o regime de urgência é para todos os projetos: é o do POAPrev, um escândalo, um massacre à previdência dos servidores municipais; é o regime, é um ataque brutal a toda a carreira. Não tem efeito suspensivo, e a data zero é a data do protocolo na Câmara Municipal. Tem Vereador que diz que é o certo, porque o Governo pediu. Mas pelo amor de Deus! Que o Governo Marchezan queira massacrar, lamentavelmente, os servidores, não me parece uma novidade, mas o conjunto dos Vereadores, das bancadas da Câmara tem que saber se é o Marchezan que manda na Câmara de Vereadores, ou se é a soberania popular que manda! Quem é que manda aqui? Negar o efeito suspensivo é negar a possibilidade de recurso na prática. Nós estamos fazendo um esforço e dizendo ao Líder do Governo e a todos que nos escutam que não tem meio-termo: o Governo quer discutir projetos envolvendo outras áreas da Cidade e quer conversar com as bancadas sobre a progressividade, sobre a função social da terra, impondo uma maioria e fazendo manobras de quinta categoria na Câmara de Vereadores? Com a bancada do PSOL não tem! É rejeição de todos os pacotes; retire a urgência do pacote dos servidores para que

a gente possa discutir projetos que sejam importantes para a cidade de Porto Alegre, mas fazendo golpe, manobra, dizendo que está discutindo aqui para golpear lá; tentando desgastar os servidores; jogando a votação do pacote do regime para o meio da Copa do Mundo, lá na Rússia – ele quer que a votação do pacote de vocês caia bem no meio dos jogos da Copa do Mundo –, mas ele não vai ter! Não vai ter negociação com a bancada do PSOL, e espero não tenha nenhum pacote aprovado, porque a categoria fez uma greve histórica no ano passado e, graças a ela, os projetos não foram votados e, certamente, a categoria fará uma mobilização à altura, para defender a sua carreira, para defender a sua história, para garantir que não haja aqueles que mudam de opinião conforme os ventos, conforme o Diário Oficial funciona, conforme as nomeações acontecem, e as eleições se aproximam. Para concluir queremos dizer que o Prefeito Marchezan, de fato, deveria ganhar a medalha cara de pau do ano. Ele diz que o problema de Porto Alegre é o funcionalismo público, porque o salário é muito alto, ele mapeia e aumenta o comprometimento da folha, diferente dos órgãos do TCE. Mas olhem vocês: ele diz isso ao mesmo tempo que diz que tem que dar dois salários, para dois Secretários, porque o salário não é atrativo. Então, tem gente que pode ganhar R\$ 30 mil, e os servidores, que têm o salário lá embaixo, são o problema da cidade de Porto Alegre! Mais: ele nomeia um CC, numa Secretaria fantasma que não existe mais, porque o metrô só existiu para alguns ganharem votos na campanha eleitoral de 2008 e 2012, quando, infelizmente, gastou-se dinheiro público, como alertou a Luciana Genro à época –, e o Prefeito fez isso porque não tinham salários atrativos. Então, para o cabide de empregos, para a lógica de comprar os apoios parlamentares, aí os salários são baixos, mesmo sendo de R\$ 13 mil; para os servidores, que têm um salário básico pequeno, eles que são o problema de Porto Alegre. Infelizmente, esse é o tipo de Prefeito que temos que enfrentar, mas nós, do PSOL, temos fé na luta da classe trabalhadora.

(Não revisado pela oradora.)

(O Ver. Valter Nagelstein reassume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB) – às 15h13min:

Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, o primeiro projeto a ser discutido e votado é um projeto de lei do Legislativo, mais especificamente da Diretoria Legislativa, conforme acordado hoje pela manhã, na reunião de Mesa e Lideranças. Atendendo à solicitação do Ver. Cassiá, faço um esclarecimento: na verdade, esta FG é para um funcionário do quadro da Casa, concursado. A Diretoria Legislativa está se ressentindo de mais apoio. É o que estamos fazendo, por solicitação do Diretor Luiz

Afonso, bem como da necessidade da Diretoria, no sentido de dar mais estrutura à Diretoria Legislativa para que possa levar a contento a sua tarefa.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO NOMINAL

**(discussão: todos os Vereadores/05 minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0346/18 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 022/18, de autoria da Mesa Diretora, que inclui o art. 46-B na Lei nº 5.811, de 8 de dezembro de 1986, e alterações posteriores, instituindo a gratificação pelo exercício de atividades especiais de apoio aos trabalhos legislativos desenvolvidos nas Sessões Plenárias e de apoio à condução das audiências públicas da Câmara Municipal de Porto Alegre, sob a responsabilidade do gabinete da Diretoria Legislativa.

Parecer:

- da **CCJ**. Relator Ver. Dr. Thiago: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto.

Observação:

- incluído na Ordem do Dia em 23-05-18.

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Em discussão o PLL nº 022/18. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação nominal, solicitada por esta Presidência. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 29 votos **SIM**.

Antes de passar ao próximo projeto, Srs. Vereadores, que é o projeto de lei do Ver. Marcelo Sgarbossa, conforme nós havíamos definido também hoje pela manhã, eu quero reiterar o convite, dentro do projeto Câmara na Rua, para verificar as questões da Cidade, vamos visitar amanhã pela manhã, às 9h30min, saindo aqui da Câmara Municipal de Vereadores, a Usina de Asfalto da Restinga, para verificarmos por que ela não está funcionando. Isso tem a ver também com a qualidade viária da Cidade, por que a Cidade está com essa qualidade viária, com o tipo de asfalto que nós temos, quais são as dificuldades da Secretaria responsável por isso, enfim, uma situação que está assolando Porto Alegre. Quero dizer que todos os Vereadores foram convidados, mas, infelizmente, até o momento, nós não temos, com exceção do Presidente, nenhuma confirmação. Então, eu quero reiterar o convite, é mais uma etapa do projeto Câmara na Rua que nós estamos desenvolvendo, já fomos ao Viaduto Otávio Rocha, fomos na trincheira da Ceará, fomos ao Mercado Público, vamos, agora, na Usina de Asfalto, oportunamente vamos visitar o Hospital de Pronto Socorro. Essa é a tarefa de fiscalização da Câmara que estamos exercendo; portanto quero fazer um apelo aos Srs. Vereadores, porque eu acho importante, não obstante aos outros temas que tenham, que se somem também a essas questões. Falamos com o Secretário Luciano Marcântonio – o Ver. Cassio Trogildo ajudou nessa questão –, que não vai poder estar lá amanhã, pois

tem uma agenda com o Prefeito, mas vai estar lá o responsável, engenheiro da Secretaria. Quero, mais uma vez, reiterar o convite: amanhã, às 9h30min parte uma *van* da Câmara de Vereadores em direção a Usina para nós verificarmos por que o asfalto da Cidade está do jeito que está.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Justifico a minha impossibilidade, creio que junto com outros 11 Vereadores, porque amanhã, nesse horário, temos a Comissão Especial do IPTU.

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): É compreensível, Vereador, e são 11 que fazem parte dessa Comissão, mas, ao todo, somos 36 Vereadores.

VEREADOR MAURO ZACHER (PDT): Presidente, talvez o senhor não se recorde, mas eu, quando fui Secretário, que implantei duas novas usinas na Cidade. As informações que eu tenho é que a Usina da Restinga não está em funcionamento.

Então, sugiro a V. Exa. consultar os integrantes do Governo, por falta de manutenção, não sei quais são os seus motivos, e ver realmente se está funcionando essa usina da Restinga, que estaria parada por falta de manutenção; apenas a usina da Zona Norte estaria em funcionamento. Eu quero registrar para informação; acho que V. Exa. tem que se informar melhor.

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Eu sou muito bem informado. É exatamente esse o intuito do Câmara na Rua. A trincheira da Ceará também não estava em funcionamento; o viaduto Otávio Rocha também não estava em funcionamento, nós queremos cobrar as coisas que não estão em funcionamento para fazer com que a Cidade ande.

A máquina administrativa da Prefeitura precisa andar e é por isso que nós vamos lá, exatamente para fazer o diagnóstico e tentar ajudar no que puder e cobrar no que for preciso. Eu lhe agradeço; ficaria muito feliz, já que o senhor foi o responsável pela usina – sabia disso –, que o senhor pudesse nos acompanhar na visita técnica. Certamente o senhor poderá nos dar informações que nós não temos.

VEREADOR MAURO ZACHER (PDT): Presidente, nós não estaremos presentes porque estamos compondo a Comissão que analisa o projeto de lei que está na Casa, que pretende atualizar a planta do IPTU; por isso que eu e mais 10 Vereadores que compõem todos os partidos na Comissão não estaremos presentes.

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Muito obrigado, é compreensível; rogo aos demais que nos acompanhem nessa agenda se puderem.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

(discussão: todos os Vereadores/05 minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

PROC. Nº 1734/16 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO LEGISLATIVO Nº 025/16, de autoria do Ver. Marcelo Sgarbossa, que altera o parágrafo único do art. 31 da Lei Complementar nº 626, de 15 de julho de 2009 – que institui o Plano Diretor Cicloviário Integrado e dá outras providências –, e alterações posteriores, excetuando os ciclistas em treinamento ou em velocidade igual ou superior a 20km/h (vinte quilômetros por hora) da proibição de trafegar fora de ciclovias ou ciclofaixas.

Pareceres:

- da **CCJ**. Relator Ver. Mauro Zacher: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto;
- da **CEFOP**. Relator Ver. João Carlos Nedel: pela rejeição do Projeto;
- da **CUTHAB**. Relatora Ver^a Fernanda Melchionna: pela aprovação do Projeto;
- da **CECE**. Relator Ver. Reginaldo Pujol: pela rejeição do Projeto.

Observações:

- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA - art. 82, § 1º, I, da LOM;
- incluído na Ordem do Dia em 18-09-17.

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Em discussão o PLCL nº 025/16. (Pausa.) O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para discutir a matéria.

VEREADOR MARCELO SGARBOSSA (PT): Boa tarde a todos e a todas, peço licença aos municipais porque agora entramos nos temas da Câmara. Este projeto que trata das ciclovias na Cidade é muito importante porque efetivamente nós temos um Plano Diretor Cicloviário, uma lei aprovada em 2009 nesta Casa, sancionada pelo então Prefeito. Esse Plano Diretor Cicloviário prevê 395 quilômetros de ciclovias na Cidade, e nós temos pouco mais de 40 quilômetros. Então, realmente, nós estamos, passado uma década, ainda muito longe de um patamar razoável de ter um outro tipo de mobilidade na Cidade. Mas o projeto aqui é bastante simples, eu fiz questão de abrir a discussão, não só os encaminhamentos, porque, lá no Plano Diretor Cicloviário, ou seja, a lei lá de 2009, no seu art. 31, diz que os ciclistas amadores – foi essa a expressão utilizada – podem e devem andar fora das ciclovias, está aqui o texto: “Não será permitido aos ciclistas o tráfego de bicicletas fora das ciclovias ou ciclofaixas nas vias que dispuserem desses equipamentos, com exceção aos ciclistas amadores”. Qual foi a ideia lá de 2009? Eu estava já, não era Vereador, nesses debates. É que, realmente, a ciclovia não é um lugar para andar em velocidade, para fazer treinamentos, é um lugar

de compartilhamento das pessoas que estão iniciando a usar a bicicleta, da pessoa que está se deslocando no dia a dia, mas faz de forma lenta ou até 20 quilômetros por hora. Então, realmente, colocar o tema “amador” para distinguir quem pode e quem não pode andar na ciclovia não é o melhor caminho. Então, o que fizemos? Um projeto de lei, tramitando desde 2016 nesta Casa – nos espelhamos nas resoluções do Conselho Nacional de Trânsito – Contran, e no Departamento Estadual de Trânsito – Detran, que definiram outra forma de entender a velocidade que se pode andar em uma ciclovia; entendeu-se que essa velocidade é de 20 quilômetros por hora, ou seja, alguém que está andando a mais de 20 quilômetros por hora deve ou pode – eu aqui estou colocando pode – fora das ciclovias, porque não é razoável que alguém utilize as ciclovias – e nem se deseja isso, nem os ciclistas em treinamento ou em competição. A ciclovia não é um lugar de treinamento, para tentar explicar um pouco mais aqui. Então, o nosso projeto trata de uma atualização com base em duas resoluções, do Detran e do Contran, que estabelecem uma velocidade para andar fora das ciclovias, ou seja, até 20 quilômetros por hora você pode andar na ciclovia; passou disso, você está dispensado de usar a ciclovia. Então, é um projeto bastante simples, gostaria de ouvir a opinião do Governo, não entendi ainda se o Governo tem um posicionamento ou se liberou a base para votar conforme o entendimento de cada Vereador. Acho que é um projeto bastante simples, apesar de ter um conteúdo técnico importante e que, no fundo, resgata essa ideia de que a ciclovia é um lugar de compartilhamento, de mobilidade diária, das crianças usarem a bicicleta, das pessoas que têm menos habilidade, que estão iniciando, e não, logicamente, alguém que precisa treinar ou se locomover mais rápido, como é o caso dos ciclistas em treinamento, ciclistas de competição ou mesmo ciclistas que fazem entrega de bicicletas – os mensageiros. São dois universos diferentes; portanto ficaria muito melhor colocarmos essa velocidade como um critério onde está o ciclista dispensado de utilizar a ciclovia. Peço a aprovação, estou à disposição se algum Vereador precisar de maiores explicações, tenho as resoluções do Contran e do Detran, podemos conversar sobre este debate tão importante para a Cidade. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para discutir o PLCL nº 025/16.

VEREADOR REGINALDO PUJOL (DEM): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, há poucos momentos o autor nos solicitava uma posição prévia a respeito da sua proposta. Eu não havia identificado ainda claramente qual o assunto que estava em discussão e disse a ele que primeiramente ouviria a sua manifestação. Acho que fico agora com condições de colocar bem a posição que havíamos externado quando a matéria passou pela Comissão a qual pertencemos, Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Juventude, na qual no devido momento, analisando bem a matéria, nós rejeitamos o presente projeto de lei por maioria de votos, sustentando que o projeto encara de forma muito clara uma opção do seu signatário de

atuar que só aos ciclistas de treinamento ou em velocidade igual ou superior a 20 quilômetros por hora a condição de merecedor de exclusão e proibição contida no art. 31 da Lei Complementar nº 626/09, Plano Diretor Cicloviário Integrado, o qual claramente reserva essa excepcionalidade para os ciclistas amadores. Trata-se, pois, de uma opção pessoal do autor, com a qual não concordo, eis que entendo que a atual redação da lei ao privilegiar os chamados ‘ciclistas amadores’ elege esses como merecedores da excepcionalização. De outro lado, Sr. Presidente, sem pretender retirar do autor o protagonismo que busca alcançar, inclino-me pela manutenção da atual redação do parágrafo único do art. 31 da Lei Complementar nº 626, de 15 de julho de 2009, por entendê-la mais adequada e coerente com o objetivo da referida Lei. Essa e a minha posição, Sr. Presidente, que foi alicerçada inclusive em alguns debates prévios que nós realizamos, especialmente porque a proposta altera o parágrafo único do art. 31, da Lei Complementar nº 626/09, Plano Diretor Cicloviário Integrado, dispensando o ciclista de usar as ciclovias em duas situações: ciclistas em velocidade igual ou superior a 20 quilômetros por hora ou quando em treinamento.

Ora, o projeto de lei complementar é inconstitucional, e até é ilegal. Cabe à União legislar sobre o trânsito; a lei municipal pode complementar, mas não contrariar o que já está disciplinado pelo Código de Trânsito Brasileiro. Basta que se observe o que está escrito no Código, art. 58. (Lê.): “Art. 58. Nas vias urbanas e nas rurais de pista dupla, a circulação de bicicletas deverá ocorrer, quando não houver ciclovia, ciclofaixa, ou acostamento, ou quando não for possível a utilização destes, nos bordos da pista de rolamento, no mesmo sentido de circulação regulamentado para a via, com preferência sobre os veículos automotores. Parágrafo único – A autoridade de trânsito com circunscrição sobre a via poderá autorizar a circulação de bicicletas no sentido contrário ao fluxo dos veículos automotores, desde que dotado o trecho com ciclofaixa.”

Ora, os critérios trazidos pelo projeto de lei complementar do Legislativo são impossíveis de fiscalizar. Em treinamento, qualquer ciclista abordado dirá que está treinando, pois o treinamento não exige prévio cadastro, não exige vestuário específico, etc. Segundo, igual ou superior a 20 quilômetros por hora – segundo a EPTC não haverá como apurar essa velocidade na maioria dos casos. Assim, por essas razões e outras tantas, a CEFOR e a CECE opinaram pela rejeição do projeto de lei do Legislativo, e eu me filio a essa corrente, já que o projeto contraria todos os esforços realizados nos últimos anos para ampliar a malha cicloviária em Porto Alegre. É, portanto, contraproducente, aumenta o risco e a segurança do ciclista. Assim, eu prefiro que se permaneça como hoje, em respeito ao art. 58 da Constituição Federal e à complementação oferecida pela legislação municipal. Claramente, Sr. Presidente, respeitosamente com o autor, estou anunciando a minha posição de contrariedade, no que fui acompanhado pela maioria da Comissão de Educação, Cultura, Esportes e Juventude, presentes aqui no momento, e também pelos companheiros da Comissão de Economia, Finanças, Orçamento e do Mercosul. Em tais condições nada a obstar, senão colocar uma posição correta, tranquila, transparente e respeitosa com o autor ao anunciar por antecipação o nosso voto contrário à sua proposição.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Obrigado, Ver. Reginaldo Pujol. O Ver. Moisés Barboza está com a palavra para discutir o PLCL nº 025/16.

VEREADOR MOISÉS BARBOZA (PSDB): Boa tarde a todos que hoje nos acompanham, Presidente Valter, colegas. Apenas para esclarecimento, os colegas estão, na realidade, perguntando por que nós vamos encaminhar pela rejeição do projeto. É pelo simples motivo de que o projeto, fazendo avaliação, interpreta-se, claramente, que ele fere o código brasileiro. Na realidade ele poderia ser, inclusive, caracterizado como inconstitucional e ilegal, porque cabe à União de legislar sobre o trânsito brasileiro. Nós não teremos condições nem sequer de fiscalizar. Porque, se nós autorizarmos que os ciclistas utilizem as vias em que nós temos ciclovias a não andarem dentro da ciclovia, em primeiro lugar vamos começar a questionar o esforço que esta Cidade até hoje fez e que deve ser ampliado para existir a ciclovia, até para a proteção da vida do ciclista. Não vai ter como fiscalizar e dizer que aquele que está fora da ciclovia está treinando, ou ele é profissional. Não tem nem como fazer essa fiscalização. No CTB, no art. 58, está lá nas vias urbanas e nas ruas rurais de pista dupla, a circulação de bicicletas deverá ocorrer quando não houve ciclovia, ciclofaixa ou acostamento ou quando não for possível a circulação destes nos bordos das pistas. Ou seja, no momento em que o Código Brasileiro diz “quando não houver ciclovia” é por que, quando há ciclovia, a gente tem de utilizar a ciclovia. Na prática, para a gente entender, o termo treinamento não tem como o fiscal de trânsito, olhando, dizer que este aqui está em treinamento e aquele não, por exemplo, na Avenida Ipiranga. E nós vamos estar estimulando que os ciclistas utilizem as vias dos carros, das motos, dos veículos, colocando em risco até a vida desses ciclistas. E, no segundo, igual ou superior a 20 quilômetros por hora, realmente, tecnicamente, é muito difícil fiscalizar se aquele está acima ou abaixo de 20 quilômetros. Por isso, nós vamos acompanhar a CEFOR e a CECE, e vamos encaminhar o não ao projeto, mesmo entendendo que precisamos, Marcelo, que carecem espaços para o pessoal que treina para competição em velocidades superiores, como nós carecemos também de ciclovias. Mas tecnicamente, vamos votar não ao projeto.

Vereador Marcelo Sgarbossa (PT): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Primeiro obrigado pelo aparte. Queria aproveitar a oportunidade, porque você tocou no tema fiscalização. Hoje, o que a lei diz? A lei municipal diz que o ciclista amador pode andar fora da ciclovia. Hoje, sim, é impossível fiscalizar. Eu duvido que um fiscal da EPTC esteja na beira da ciclovia, parando os ciclistas e pedindo a carteira profissional; aliás, nós nem temos profissionais no Estado. Então, em regra, todos seriam amadores. Perceba, colocar uma velocidade máxima para tornar a ciclovia um lugar seguro, para quem está ali se deslocando pela primeira vez, com crianças, é muito mais fácil para a fiscalização do que deixar o termo “amadores”, como consta hoje na lei atual que está em vigor. Então, deixo essa pergunta na verdade.

VEREADOR MOISÉS BARBOZA (PSDB): Então, só para finalizar, vamos votar não, porque nós queremos, até para que a gente valorize as nossas ciclovias e faça a busca de ampliá-las, que onde tem ciclovia, não seja autorizado que os ciclistas andem fora delas, entre os carros.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para discutir o PLCL nº 025/16.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Boa tarde, senhoras e senhores, colegas municipais que acompanham a nossa Sessão de hoje, Vereadores e Vereadoras. Gostaria de fazer uma saudação especial ao nosso camarada Everaldo, presidente da Associação de Servidores do HPS. Bom, Ver. Marcelo, o que posso dizer? O Plano Cicloviário tem um regramento que institui alguns mecanismos, algumas diretrizes básicas, e justamente vejo como principal evolução dentro desse tema, o transporte através do modal da bicicleta, as diretrizes que apontam a necessidade de ampliação das ciclovias, das ciclofaixas, para que este modal possa ser mais utilizado e garanta mais segurança para seus usuários, mas nem tudo é perfeito. O senhor aponta, através desse projeto de lei, uma iniciativa de alterar um regramento, substituindo o termo “amador”, porque em regra todos os ciclistas de Porto Alegre são amadores, pelo menos é o que se tem notícia, mas existem pessoas que fazem treinamento, que adquirem treinamentos profissionais e querem se capacitar para, talvez, se possível, participar de provas, representar a nossa Cidade e o nosso Estado em algumas competições. Talvez ainda não no âmbito profissional, mas quem sabe almejando isso. Eu acredito que a melhor pessoa para tratar deste tema é o senhor, e por isso traz essa iniciativa para o debate nesta Câmara da nossa Cidade. Mas lamento também que alguns dos argumentos levantados aqui de que os ciclistas profissionais deveriam procurar um local adequado para sua prática, e não livremente as ruas da nossa Cidade. Eu lembro que o senhor teve outro projeto, uma outra iniciativa parlamentar, tentando estabelecer algum regramento para que essa atividade à beira do nosso Guaíba, uma área de proteção para treinamento de ciclista de competição, e esta Casa rejeitou. Então, é uma doideira esse tipo de discussão, porque não há espaço definitivo. A maioria dos Vereadores desta Casa Legislativa rejeitou a sua iniciativa, agora, o senhor, está tentando salvaguardar e garantir um pouco de garantia à integridade física, por exemplo, das crianças que usam as ciclovias, porque o que nós temos são espaços bastante restritos, estreitos, onde passa uma bicicleta para ir e outra para vir. No momento em que há uma pessoa trafegando em grande velocidade, a 20km/h, para uma bicicleta é uma velocidade bastante significativa, e uma colisão pode trazer graves problemas de saúde, fraturas, grandes contusões e até risco para os envolvidos, nós temos aqui Vereadores que argumentam que “Não, nós temos que garantir a integridade do ciclista”, mantendo ele na faixa, pedalando a uma velocidade alta, e as pessoas que usam a bicicleta como veículo de passeio, ou para deslocamento, mas em baixa

velocidade, teriam a sua integridade comprometida e não poderiam usar a ciclofaixa, porque ela é uma ciclovia para treinamentos esportivos. Então, não tem lógica esse tipo de linha argumentativa, não tem lógica. O senhor mesmo trouxe alguns materiais, do Conselho Nacional do Trânsito. O Conselho Nacional de Trânsito estipula que as ciclovias devem ter uma velocidade máxima de 20km/h. O senhor desloca as pessoas que precisam trabalhar a uma velocidade maior do que essa para o leito da via. Isso é coerente, na minha humilde opinião. Portanto, eu não tenho como votar negativo ao seu projeto, porque garante não somente a integridade física das pessoas que trafegam nas ciclovias para passeio, para lazer, mas também garante um pouco mais também garante um pouco mais de espaço e uma melhoria nas condições de condicionamento físico para aqueles que têm a pretensão de tornarem atletas nessa modalidade. Portanto, eu apoio a sua iniciativa e tomara que tenhamos a aprovação dela na tarde de hoje.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Obrigado, Prof. Alex. O Vereador Ricardo Gomes está com a palavra para discutir o PLCL nº 025/16.

VEREADOR RICARDO GOMES (PP): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, muito já foi dito sobre este projeto, não quero me alongar, estou discutindo e quem encaminhará pelo Progressistas é o Ver. João Carlos Nedel, que conhece muito mais profundamente a questão das ciclovias e ciclofaixas.

Quero apenas pontuar algumas coisas. Primeira: existiria aqui uma dificuldade óbvia de fiscalização. Diz o projeto que o ciclista que andar acima de 20km/h, em treinamento para competições, pode estar fora das ciclovias. Em primeiro lugar, como fiscalizar que esse ciclista está em treinamento? Segundo, como fiscalizar que esse ciclista está, constantemente, acima de 20km/h, ou ele, quando excede 20km/h, sai da ciclofaixa, e quando baixa de 20km/h entra na ciclofaixa? Isso vai gerar um entra e sai perigoso de ciclistas nas ciclofaixas. Terceiro: se é um esportista profissional que está treinando para uma competição oficial, o seu lugar não é nas vias públicas, ou um piloto de competição, *stock car*, por exemplo, que vai treinar para sua categoria, poderia fazê-lo na Av. Ipiranga; não vai, não é o local adequado para isso. Da mesma forma, o treinamento para ciclismo de competição não deve ser feito nas ruas de Porto Alegre junto com o trânsito, porque não é o local adequado, nós colocaríamos bicicletas em alta velocidade, em alguns casos atingindo, me informa o Vereador, até 60km/h, junto com os automóveis, em um risco, evidentemente, exacerbado.

Porto Alegre fez um investimento para colocação das ciclovias, em muitos casos agentes privados construíram na Cidade, pagaram a colocação, a instalação de ciclovias, para que agora tenhamos bicicletas trafegando fora das ciclovias? É uma evidente contradição, até é um questionamento com relação à verdadeira utilidade das ciclovias da Cidade. Ora! Se é um profissional que quer treinar para uma competição oficial, não é no trânsito de Porto Alegre que ele fazer isso, sob pena de causar um acidente gravíssimo, sob pena de se expor e expor as outras pessoas a esse risco. É

infiscalizável, se não estou inventando o termo. Agora, a EPTC terá que andar com os radares de velocidade apontados para os ciclistas para verificar se eles estão acima de 20km/h; nesse caso, poderão andar fora das ciclovias. Ora, é uma contradição evidente. Por fim, não menos importante, o Ver. Marcelo argumenta – com razão, Vereador – que o art. 31 do Plano Diretor Ciclovitário tem um problema quando diz que (Lê.): “Não será permitido aos ciclistas o tráfego de bicicletas fora das ciclovias ou ciclofaixas nas vias que dispuserem desses equipamentos, com exceção aos ciclistas amadores”. O Ver. Marcelo Sgarbossa nos informa agora que não há ciclistas profissionais registrados no Município – é isso? –, portanto, todos os ciclistas são amadores e todos eles podem andar fora da ciclovia. Então, das duas, uma: ou nós vamos tirar as ciclovias ou nós vamos arrumar isto aqui e dizer que todos os ciclistas deverão trafegar nas ciclovias. Da forma como propõe o Ver. Marcelo, não é nem uma coisa, nem outra. Tem a ciclovia, mas pode andar fora dela, obviamente, num risco desnecessário. Eu agradeço.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Obrigado, Ver. Ricardo Gomes. A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para discutir o PLCL nº 025/16.

VEREADORA SOFIA CAVEDON (PT): Ver. Pujol, eu vou tentar ajudar, porque parece que, com as propostas que o Ver. Marcelo traz, sempre tem dificuldade de a base do Governo absorver uma proposição, mesmo considerando que o Vereador é um ciclista profissional, premiado, que por bastante tempo frequentou altas competições, portanto, tem muita prática, muita reflexão e participa do debate do cicloativismo, do ciclismo profissional. Primeiro, eu quero dizer isso. Não está aqui casuisticamente dizendo, por exemplo, que, para cima, é tal velocidade ou jogando um número. Então eu queria que a gente pudesse respeitar essa construção. Segundo, me parece muito razoável, a legislação, hoje, fala com exceção do ciclista amador, que o ciclista amador poderá andar fora ciclovia. Quem é ciclista amador! Pode ser até alguém aprendendo a andar de bicicleta. Então o Ver. Marcelo deixa claro: é o ciclista que está em treinamento; está em treinamento para competições, e ele vai andar em alta velocidade e terá que saber andar bem e junto aos carros e não pode causar acidente para quem vai andar de bicicleta com os filhos, famílias, a passeio que é a característica da ciclovia e da ciclofaixa. Portanto, ele precisa, usa a velocidade máxima da ciclofaixa e da ciclovia para dizer que poderá andar fora delas quem andar com velocidade igual a 20km/h ou acima. Parece-me tão simples, tão didático e tão importante, para deixar claro a legislação, que não consigo entender qual é a dificuldade, mais de uma vez, de o Governo dialogar com uma proposição, dos Vereadores, das Vereadoras, se não é pura e simplesmente uma arrogância, uma falta de escuta, um desprezo a esta Câmara, porque, por óbvio, as manifestações aqui, eu não ouvi manifestação que não seja manifestação articulada com uma posição de Governo, que está simplesmente contrária a uma posição de Vereador de oposição.

Ontem nós tratamos isso, o Ver. Marcelo e o Ver. Oliboni, com o Prefeito, que nos chama, que quer fazer de conta, que quer dizer para a Cidade que dialoga. O que na verdade, está me parecendo que não dialoga coisa nenhuma. Nós insistimos, por exemplo, que ele construísse, eu dizia agora para a repórter, os projetos – vieram 16 projetos para cá. Nenhum deles tem debate com a Cidade, com a categoria, ou com os implicados nos projetos! Nenhum deles! Aí o Prefeito, diz: “Eu me reuni três vezes por mês, no ano passado, a Prefeitura reuniu com o Simpa e nada evoluiu”. Ora, imagina! Primeiro, não foram três vezes; segundo, é uma conversa de surdos, vai para a Mesa, fica repetindo o desastre que está a situação econômica. Não escuta, não ouve uma sugestão, não propõe nada positivo; aliás, não dá nenhuma boa notícia faz tempo para esta Cidade, Ver. Carús. Então ele faz de conta que dialoga, e aqui está de novo, uma prova, é um projeto de lei simples, contributivo, deixa nítida a legislação. E ele não tem vontade, não tem nenhuma vontade política da base do Governo, que representa o Governo Marchezan, de compreender e de acolher uma disposição que vem de uma prática social nesta Cidade, vem de uma prática de ciclistas que foram atropelados já, que sofreram acidentes, de morte de ciclistas, de inviabilidade de praticar um transporte que seja mais saudável, menos poluidor e menos caro para o cidadão. Então, vem da demanda da sociedade, e eu gostaria que o Prefeito começasse a mostrar que tem alguma escuta pelo o que a sociedade traz de apelo para esta Câmara. (Palmas.)

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Obrigado, Vereadora. O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para discutir o PLCL nº 025/16.

VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, o Ver. Marcelo diz que eu não entendi o projeto, mas eu entendi muito bem. A Ver.^a Sofia fez um relato da sua vida; eu vou fazer um relato da minha. Eu nasci antes do Estatuto da Criança e do Adolescente, antes do Código Nacional de Trânsito, então eu dirijo há bastante tempo. E quero lhe dizer que se eu quiser ser um piloto de carro, vou treinar num autódromo, eu vou treinar numa pista; se eu quiser ser um piloto de bicicleta... A Ver.^a Sofia lhe enalteceu aqui, e todos nós devemos enaltecer, o senhor é conhecido mundialmente pelas provas que disputou, o senhor vai treinar numa pista, não numa estrada, não numa faixa. Às vezes, saímos aqui da Casa e vemos o pessoal andando de bicicleta, quase atropelando os carros. Nós investimos, e a Cidade vem investindo, e nós defendemos, nesta Casa, há muito tempo, as ciclovias. Se eu pego a minha filha para ela andar de bicicleta, vou levar ela para andar num parque, na Redenção, no Marinha do Brasil. Eu não vou levar ela para andar de bicicleta nas ciclovias, vai eu e a minha esposa andar nas ciclovias, no máximo; eu não vou levar a minha filha. Se eu vou treinar para uma competição de natação, eu não vou treinar numa piscina junto com as pessoas que estão ali, junto com a sua família, se divertindo. Eu vou pegar uma piscina para eu treinar junto com outras pessoas que estão treinando para o mesmo que eu. Se eu vou treinar para jogar futebol, eu não vou alugar uma

quadra junto com pessoas que vão ali para se divertir e comer um churrasquinho depois, e recuperar tudo o que perderam tomando cerveja e comendo churrasco. Se eu vou treinar para uma competição, eu tenho que ir para um lugar adequado, que é uma pista. Se o senhor fizer um projeto para a Cidade, procurar parcerias e construir uma pista para treinamento para os ciclistas de Porto Alegre se profissionalizarem, o senhor pode contar com a minha assinatura, com a minha parceria, para ir atrás não somente de assinaturas nesta Casa, mas atrás de parceiros, de gente para ajudar a construir essa pista.

Agora, nós liberarmos o trânsito da nossa Cidade, que já é caótico, para conviver com os ciclistas, colocar em risco a vida dos ciclistas, eu acho que não tem como. Nós não vamos saber distinguir o ciclista que quer competir do ciclista normal. Nós sabemos que as pessoas têm adrenalina no corpo, hoje nós não conseguimos controlar sequer o trânsito na nossa Cidade, nós temos uma competição desumana entre os motociclistas, os carros, os aplicativos, os taxistas, tem uma série de meios de transporte que já usam o trânsito da nossa Cidade.

Eu acho que o seu projeto poderia ser readequado para nós buscarmos uma forma para que essas pessoas possam treinar e representar a nossa Cidade em competições, representar a nossa Cidade de forma brilhante, como o senhor nos representou em pistas do mundo inteiro. Mas não tem como o pessoal vir competir nesse trânsito caótico, o pessoal vir treinar nesse trânsito desumano, que é o trânsito da nossa Cidade. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Obrigado, Ver. Cláudio Janta. O Ver. Mauro Zacher também é ciclista, o pai do Ver. Mauro Zacher foi campeão de ciclismo.

VEREADOR MAURO ZACHER (PDT): Presidente, não era o meu pai, infelizmente, o senhor está mal informado, mas meu avô...

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Então não tão mal informado assim! O senhor vai para a tribuna e descasca o Presidente!

O Ver. Mauro Zacher está com a palavra para discutir o PLCL nº 025/16.

VEREADOR MAURO ZACHER (PDT): Sr. Presidente, quero aqui conversar com os colegas Vereadores, porque este assunto sempre traz uma certa confusão, e nós, aqui, no final de 2016, equivocadamente, não aprovamos o projeto do Ver. Sgarbossa, que determinava horários para que os ciclistas de alta performance usassem uma pista fechada pela EPTC. Nós perdemos aqui no plenário e, posteriormente, fomos à EPTC – e me comprometi com o Vereador nesse sentido –, porque tínhamos feito um grande equívoco aqui no plenário ao não garantirmos aquilo em lei. Quando discutimos, conceituamos esse novo modal na Cidade, dizíamos que as

ciclovias não foram e não serão feitas para os ciclistas desse nível. Já havia o apelo e acho que tem que haver mais incentivo a esse modal, o Executivo também tem incentivado e, ao longo dos anos, foram feitas mais e mais ciclovias, conquistando mais adeptos. Estamos fazendo com que aquelas pessoas que usavam carro ou outros modelos de transporte passem a usar a bicicleta para se transportar ou até trabalhar. A proposta do Ver. Sgarbossa vai ao encontro do que se construiu no Plano Diretor Cicloviário, mas no Plano não se construiu algo para os ciclistas de alta performance. Não iremos enxergar ciclistas de alta performance usando as ciclovias, porque elas não são feitas para essas bicicletas que andam em alta velocidade. O projeto é bom, mas, ao mesmo tempo, não pode penalizar esses ciclistas por usarem as nossas principais avenidas, que são as melhores, como a Av. Ipiranga, que estão recebendo as ciclovias. Quero dizer que não há nenhum tipo de equívoco; pelo contrário, estamos aqui reconhecendo, para que não sejamos injustos com aqueles que não estão usando a ciclovia, ou até podendo ocorrer algum tipo de atrito no próprio trânsito. Quando o motorista vê o ciclista de alta performance na Av. Ipiranga: “Ah, vai usar a ciclovia”. Não, ele está no lugar permitido, porque, aliás, o Código Nacional de Trânsito permite, diz claramente que o lado direito é reservado ao ciclista. Então, quero dizer para vocês que eu voto a favor, sem nenhum tipo de receio em relação a isso, Ver. Sgarbossa. Acho que, realmente, há uma grande demanda, nós temos vários atletas, triatletas que usam, que treinam. Na verdade, nós gostaríamos de ter um espaço apenas para eles, mas, de qualquer maneira, há o trânsito. Os ciclistas de alta performance não colocam a bicicleta no suporte do carro e levam até o... Não, eles já vão pedalando, porque já faz parte do treino. Então, quero aqui reforçar, dizer que V. Exa. tem razão nesse sentido, nós podemos estar cometendo uma injustiça. É importante que não só nós coloquemos na lei, mas que seja reconhecido pelos motoristas, que entendam que os ciclistas de alta performance percorreram pela nossa Cidade e deverão ter o respeito, como qualquer outro ciclista.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Obrigado, Vereador.

Em votação o PLCL nº 025/16. (Pausa.) O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, como autor.

VEREADOR MARCELO SGARBOSSA (PT): Primeiro, quero agradecer a bancada aqui, que me dá a oportunidade, só temos mais uma fala, para fazer o encaminhamento deste projeto. Olha, Ver. Bosco, que é um homem do esporte, não é um projeto, como colocou o Ver. Janta, respeito a sua opinião, voltado para os ciclistas de competição. Nós não estamos discutindo se eles podem andar aqui, se eles têm que pegar e botar a bicicleta dentro do carro, como colocou o Ver. Mauro, e ir a uma pista para fazer os treinamentos, não é disso que se trata, se trata de dizer que as ciclovias não são lugares para andar rápido, e o Contran e o Detran é que estão dizendo isso. Eu não estou inventando uma velocidade. Resolução do Contran de 2013, depois atualizada em

2015, e o Detran do Estado também estabeleceu, a velocidade de 20km/h. É só disso que nós estamos falando. É simples; aliás, a lei atual diz que os ciclistas amadores... Aqui está o problema, por isso fiz o aparte ao Ver. Moisés: como vamos saber quem é ciclista amador, o que aqui significa contraposição de profissional, certo? Então, um fiscal da EPTC, para entender se o cara pode ou não andar na ciclovia, vai parar o ciclista e dizer: dá-me a tua carteira profissional. Nem existe carteira profissional neste caso; nenhum ciclista no Rio Grande do Sul, mesmo os que competem dentro e fora do Estado, no campeonato gaúcho, é ciclista profissional. Infelizmente, deve haver outras atividades profissionais para conseguirem manter o seu sustento. Não temos, infelizmente, ciclistas profissionais aqui no Rio Grande do Sul. Então, o Detran e Contran foram muito mais inteligentes em pensar em uma velocidade. Este projeto visa a solucionar a seguinte pergunta: qual é a velocidade nas ciclovias? Aqui disseram: 20km/h! Então, estamos pensando, Ver. Janta, este projeto não é tanto para o ciclista de competição, onde ele vai treinar – Ver. Prof. Alex e o Ver. Mauro Zacher bem lembraram; nós temos um projeto tramitando de novo nesta Casa que criava áreas de proteção para o ciclista de competição – aí, sim. Nós queríamos que algumas áreas da Cidade fossem estabelecidas – seja pela sinalização horizontal e vertical, seja por restrição de tráfego de veículos automotores – como lugares de treinamento, o que na verdade já ocorre. Eu convido vocês – hoje é quarta-feira, mas amanhã, quinta-feira, às 5h, mesmo com esse frio – a irem à Av. Beira Rio, grupos de mais de 50 triatletas, dentre os quais, alguns ciclistas, estão ali treinando, para depois, a partir das 7h irem para o trabalho. Mas não é disso que estamos falando, oportunamente voltaremos ao assunto sobre os ciclistas de competição e o local onde treinam. O que estamos tratando nesse projeto é deixar mais claro, tirar a palavra “amador”, que é um termo vago e colocar uma velocidade, conforme as resoluções do Contran e do Detran/RS que, no caso, é 20km/h. Então, vejam, não é um tema ideológico. Ontem, a Ver.^a Sofia fez aqui uma menção. O Prefeito nos convidou para ouvi-lo. E, em algumas frases nossas foi sobre isso – essa foi uma frase minha. Parece que algumas vezes o Governo orienta a votação aqui para simplesmente não dar protagonismo a um Vereador; é isso, é disso que estamos tratando? Ou estamos tratando aqui das ciclovias como um lugar de compartilhamento, de incentivo a que as pessoas que não sabem andar de bicicleta ou que aprenderam recentemente possam andar sem que passe um sujeito ao lado, que tem todo o direito de passar a 30, 35km/h e ele seja obrigado a estar na ciclovia. Perceberam, então? É um dos projetos, Ver. Oliboni e Ver. Alex – que subiram à tribuna, agradeço a todas as manifestações –, que justamente deixa mais civilizado esse espaço público, é mais convidativo, é mais acolhedor, é só disso, porque a lei já permite. Então, para quem subiu aqui falando em Código de Trânsito, primeiro, quero lembrar que o Código de Trânsito diz que cabe à autoridade local estabelecer velocidades na Cidade. Então o Código de Trânsito é apenas a regra geral e não a questão local. E a nossa lei local, que é o Plano Diretor Cicloviário, já diz que pode andar fora da ciclovia. E no Código de Trânsito diz que, sempre que for possível, andar na ciclovia. Eu entendo que andar a 30, 40 quilômetros por hora não é possível andar na ciclovia. Portanto, o Código permite, além do que o Ver. Mauro Zacher colocou, está lá

dito no Código que o lugar do ciclista é pelo lado direito da pista. Ou seja, argumentos técnicos, racionais, legais não faltam para aprovarmos este projeto. Eu aguardo a aprovação, ainda tenho essa expectativa, apesar da orientação do Governo. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para encaminhar a votação do PLCL nº 025/16.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Boa tarde, senhoras e senhores. Agradeço aos meus colegas de bancada, Ver.^a Fernanda Melchionna e Ver. Roberto Robaina, a oportunidade de fazer o encaminhamento da votação deste projeto de lei em nome da nossa bancada do PSOL. O Ver. Marcelo Sgarbossa tem uma iniciativa que é meritória, como muito bem destacou anteriormente: as resoluções do Contran e do nosso Detran proíbem a alta velocidade em ciclovias – proíbem! Ou seja, o treinamento para provas de velocidade fica terminantemente proibido a partir dessas resoluções. Há um regramento que proíbe a utilização desses espaços para atletas, para competidores, ou para praticantes do esporte de ciclismo de velocidade. O que nós estamos debatendo aqui é um ajuste do nosso plano cicloviário, para permitir que essas pessoas possam usar o leito da via sem serem perseguidos pela Empresa Pública de Transporte e Circulação – é isso que nós vamos votar. Ver. Marcelo, eu moro lá na Zona Sul de Porto Alegre, numa estrada de chão batido. A legislação determina que a velocidade máxima nessa via seja de 40km/h. Para a maioria das pessoas, 40km/h é uma velocidade modesta. Transitar a 40km/h na Av. Ipiranga é um sacrilégio. Nós temos várias faixas, quando está em boas condições é de ótima trafegabilidade, mas transitar no limite da estrada onde eu moro deveria ser considerado tentativa de homicídio aos vizinhos. E existem alguns vizinhos que usam dessa velocidade limite para chegar e sair de suas casas, colocando a integridade física da população em risco. Existem crianças que brincam ali, que jogam bola nessa estrada, e transitar a 40km/h nas condições de uma estrada de chão batido é um ato quase criminoso. Transitar a mais de 20km/h, ser obrigado a transitar nas ciclovias que nós temos em Porto Alegre é um atentado à vida das pessoas que usam esses espaços apenas para o seu deslocamento, pura e simplesmente, para o seu lazer, para praticar uma atividade física com a família, é um atentado. Porque quando uma pessoa sobe em uma bicicleta de competição e senta a perna no pedal, a velocidade impressa nesse veículo é enorme. Para quem está dentro de um carro trafegando a 60km/h pode parecer insignificante, mas numa colisão pode ser letal. Imaginem um desses atletas sendo obrigado a utilizar esses espaços colidindo com uma criança. Nós não podemos nos eximir da responsabilidade de analisar também essas possibilidades. Porque quando acontece uma desgraça, a última coisa que qualquer um de nós quer dizer é: “Eu avisei. Eu falei. Por que não me ouviram?” Então, para evitar esse tipo de problema, nós podemos ser zelosos com relação à integridade física das pessoas, abrindo a possibilidade, já que as resoluções do Contran e do Detran proíbem velocidades acima de 20km/h nas ciclovias, que nós possamos permitir a

utilização do leito das vias quando houver velocidade alta, quando o ciclista imprimir um ritmo mais severo, mais intenso à sua prática esportiva. Nós estamos abrindo essa possibilidade e resguardando as ciclovias para a prática das atividades de lazer. Então, parabéns, Ver. Marcelo, a nossa bancada vai votar com o senhor, tomara que tenhamos a aprovação desse projeto e uma pequena correção no nosso plano cicloviário. Temos algumas, e são bem utilizadas, vamos ressaltar aqui, Ver. Bosco, que nós tivemos o recorde de utilização do sistema de bicicletas compartilhadas. Está aumentando o número de usuários desse modal de transporte e nós precisamos incentivar que isso continue a se aprofundar no nosso Município. É saúde, é preservação ambiental, é uma Porto Alegre mais viva e mais humana para todos nós. Um grande abraço.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Em votação nominal, solicitada por esta Presidência, o PLCL nº 025/16. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADO** por 11 votos **SIM** e 15 votos **NÃO**.

REQUERIMENTO – VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 037/18 – (Proc. nº 0425/18 – Ver^a Sofia Cavedon) – requer seja encaminhada Moção de Solidariedade “Aos/às estudantes e aos/às professoras/es dos Núcleos Estaduais de Educação de Jovens e Adultos (Neejas), vinculados à Secretaria de Estado da Educação, que lutam pela manutenção da Educação de Jovens e Adultos e aos estudantes e professores/as da EMEF Wenceslau Fontoura que solicitam a reabertura da EJA.”

Observação: Encaminhou a matéria a Vereadora Sofia Cavedon em 02-04-18.

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Em votação o Requerimento nº 037/18. (Pausa.) A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, pela oposição.

VEREADORA SOFIA CAVEDON (PT): Sr. Presidente, eu gostaria de retomar – agradeço a oposição, Ver. Alex, peço que possa contribuir com este debate –, lembrar aos senhores e às senhoras, muitos eu sei que conhecem, o que significa a Educação de Jovens e Adultos, especialmente os NEEJAs, que são estaduais, e uma das EJAs, o único EJA que sei que infelizmente foi fechado à noite, no início deste ano, na Escola Municipal Wenceslau Fontoura, Zona Norte, da nossa Cidade. O serviço de Educação de Jovens e Adultos tem o sentido de garantia da educação para quem não conseguiu a obter na idade certa. Os planos nacional, estadual e municipal de educação definem, inclusive, as metas importantes para que isso seja cumprido, identificando, e a população brasileira tem um percentual enorme que não concluiu seu ensino

fundamental e médio na idade certa. E isso não é um problema da população, isso foi um problema do Estado brasileiro, que não ofereceu vagas, que não ofereceu educação adequada aos nossos jovens na época e que precisa reparar. Então, há um reconhecimento do Estado brasileiro. A Educação de Jovens e Adultos é parte, portanto, da educação a ser ofertada no País, ela cumpre um papel muito importante para acesso ao trabalho, para acesso à universidade, para a construção plena dos sujeitos – homens e mulheres.

Ora, a Wenceslau Fontoura, um caso específico, lá, entre Wenceslau e Timbaúva, não sei se temos aqui algum professor, professora ou funcionário da região, nós já não temos EJA na escola Timbaúva, e é uma população imensa de jovens e adultos que não concluíram o ensino fundamental ainda. E eu fui visitar, depois, a nossa Comissão de Educação recebeu documento, a escola teve a sua EJA fechada, porque tinha cento e poucos alunos. O que acontece hoje é que só tem na Grande Oriente, alguns quilômetros longe de lá, abriu uma EJA, de manhã, que não supre a necessidade, porque é uma EJA para a idade regular, tem que ter até 18 anos incompletos, portanto é só para os jovens que estão com defasagem idade/série, não cumpre a função de atender os adultos. E na Timbaúva já não tem por conta da violência! E nós estamos falando de Rubem Berta, estamos falando de uma região onde é impossível achar que os adultos vão se deslocar lá para a Escola Grande Oriente. Portanto, não há mais possibilidade de educação de adultos.

A ideia da Moção de Apoio à comunidade que encaminhou um requerimento para a CECE, para o Ministério Público, para o Governo, é no sentido de que a SMED reavalie e possa reabrir, quiçá no segundo semestre, quiçá no início do ano que vem.

E sobre os NEEJAs, essa modalidade de atendimento que é o NEEJA é uma modalidade de certificação com o apoio presencial de professores, nós temos quatro, Ver.^a Mônica Leal, que presta atenção aqui em Porto Alegre. Quatro Neejas estaduais: o NEEJA Paulo Freire, o NEEJA Cardeal Alfredo Vicente Scherer, o Darcy Ribeiro e o Darcy Vargas; e são fundamentais. Vou trazer um número para vocês verem a importância deles, eu não tinha essa dimensão toda. Só no NEEJA Vicente Scherer foram 3.540 inscritos em 2017, e 893 certificados entre ensino fundamental e médio. Portanto, é uma educação semipresencial, é um apoio para a realização de provas, e todos os NEEJAs realizam provas para a certificação diariamente, e eles têm de 20 a 23 professores; é muito pouco! Não é uma escola com 80 professores. E a Seduc, no início deste ano, chamou os NEEJAs, inclusive suspendeu a inscrição e ia reduzir para professores o que tem 20 e poucos professores, então deixaria de ter qualquer atendimento para os jovens e adultos buscarem sucesso na prova, Presidente. Claro, isso foi cessado pela movimentação dos alunos, dos professores, do conselho estadual, desta Câmara e agora está em *stand by*. Então, a moção de apoio ajuda a preservar esses quatro núcleos importantíssimos para o jovem adulto obter certificação e acessar uma melhor qualidade no mundo do trabalho. Então eu peço apoio desta Câmara a esses núcleos. (Palmas.)

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Obrigado, Vereadora. Por falar nisso, Vereadora, ontem à noite, tivemos a palestra nas aulas magnas desenvolvidas pela Escola do Legislativo aqui do professor Sergius Gonzaga, que tratou sobre política e literatura. Felizmente tivemos duas turmas, apenas duas. Quando eu digo felizmente é porque é melhor do que nada. Duas turmas de dois colégios públicos estaduais nos prestigiando, mas, infelizmente, ainda pouca gente. O Legislativo faz um projeto importante de tratar da história, tratar da cultura, tratar da literatura e é difícil mobilizar as pessoas. É gratuito, tem certificado de presença, é dinheiro público que está sendo investido nisso e é difícil trazer pessoas para cá. Então fica aqui, de certa forma, uma queixa de que eu gostaria de ver, já que a gente está investindo, não digo gastando, mas investindo dinheiro nisso, gostaria sempre de ver a Casa cheia, quando se faz um tipo de atividade como essa.

VEREADORA SOFIA CAVEDON (PT): Duas questões, Presidente. Valorizando a sua iniciativa e a Escola do Legislativo. Nós, ontem, tivemos aqui uma plenária sobre a previdência municipal ao mesmo tempo, lá em cima, nas salas 301 e 302. E ao lado tinha outra reunião, que eu não sei se era de ônibus e de deslocamento, sobre o que era, mas era grande também. E nós temos muita dificuldade, hoje, de ônibus e de deslocamento das escolas. Por exemplo, nós temos a Paulo Freire aqui. Enfim, tem alguns atuantes. Mas estás de parabéns pela iniciativa.

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Para quem quis vir, inclusive, nós conseguimos ônibus ontem, e eu agradeço à Guarda Municipal que trouxe aqui crianças da escola Paula Soares. O Colégio Parobé também esteve aqui. Mas sempre a gente deseja mais. Eu gostaria deste plenário cheio nessas iniciativas. Esta foi a segunda.

(Manifestação das galerias.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Eu ouvi que as professoras ali disseram que não podem sair. É óbvio que quem não puder não pode vir, mas quem puder, a gente gostaria que ajudasse, inclusive, a divulgar essas iniciativas, porque são aulas com muito conhecimento e gratuitas, inclusive com certificados que jovens, universitários podem levar e que equivalem como horas aulas também. Como os senhores sabem, conhecimento não ocupa espaço, e a gente está procurando maximizar o papel na Câmara, que é compartilhar conhecimento, especialmente junto a nossa juventude.

O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 037/18.

VEREADOR REGINALDO PUJOL (DEM): Sr. Presidente, senhoras e senhores Vereadores, esse requerimento com data de 14 de março do corrente ano mais de uma vez já foi encaminhado, e a Vereadora autora, inclusive, em oportunidade

anterior encaminhou. Nós pretendíamos, já naquela ocasião, oferecer alguns reparos ao encaminhamento, o que não ocorreu, porque houve a retirada de quórum. Evidentemente, ela teve a oportunidade de, hoje, novamente, fazer a sua manifestação, a qual, respeitosamente, ofereço alguns reparos. Primeiro, diferentemente do que a moção induz, com a visão de março do corrente ano, a Escola Municipal de Ensino Fundamental Wenceslau Fontoura tem vagas para o EJA. A Direção da Escola do Bairro Mário Quintana manifesta, desde 2017, à Secretaria Municipal de Educação a baixa frequência na educação de jovens e adultos na EJA noturna. Durante a reunião de planejamento do ano letivo, feita ainda em março ou abril, a Diretoria pedagógica da Secretaria acordou que seria feita uma experiência diurna na Escola. A mudança então foi aprovada pelo conselho escolar, órgão que reúne os diferentes segmentos da comunidade escolar, como pais e professores. A maioria de alunos matriculados na Escola Wenceslau Fontoura, no fim do ano que passou, eram menores de 18 anos, o que facilitou a mudança de turno. Os alunos foram, então, transferidos para o dia ou para outras escolas da região. Na região, é relevante que se afirme, existem escolas que oferecem EJA noturno na Grande Oriente, na Chico Mendes, na Victor Issler. Atualmente, a rede municipal dispõe de EJA em 33 escolas, com 7.565 alunos. Isso, desde logo, Presidente, quero deixar claro que não se está querendo terminar com o EJA como parece pretensão de se dizer. O EJA diurno na Wenceslau Fontoura vem funcionando com a maior regularidade, com um bom número de alunos, superior ao que tinha no noturno, e aqueles poucos que não podiam ficar no dia, foram remanejados, e na sua praticamente totalidade, recolocados nessas três escolas que me referi anteriormente. Então é uma mudança que foi aprovada pelo Conselho Escolar e está dando certo. Então, com a visão de março deste ano querer oferecer críticas, o que agora no final do mês de maio se comprova que está dando resultado positivo, é algo que a gente não pode concordar. Então por isso, Presidente, com todo o respeito, como sempre faço aqui com meus colegas, estou colocando a minha divergência e antecipando que vou votar contrário a esta matéria porque acho que, indiscutivelmente, há um equívoco de interpretação da situação real que tem com relação à alfabetização de jovens e adultos, que menores de 18 anos ou não, estão recebendo, lá na região, a oportunidade da alfabetização ainda que tardia. Era isso, Sr. Presidente, a posição que me cabia trazer à Casa nesta hora.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Muito obrigado, Ver. Pujol. O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 037/18.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Boa tarde, senhoras e senhores. Agradeço novamente a oportunidade de usar o tempo de encaminhamento do meu partido aos meus colegas de bancada, e viemos aqui em apoio à iniciativa da Ver.^a Sofia, principalmente por conta da valorização de uma das pilastras da construção de

uma sociedade mais humana, que é a educação. Acredito que posso falar em nome da esmagadora maioria dos meus colegas de que não nos orgulha, como profissionais da educação, a existência da Educação de Jovens e Adultos. Não nos orgulha, de forma alguma, ter pessoas que, por diversos motivos, tiveram que interromper a sua jornada educacional por conta de gravidez precoce, por conta de buscar uma alternativa para sustentar a sua família; por conta de, muitas vezes, ter que cuidar de irmãos pequenos para que os pais possa laborar e sustentar as suas casas. A presença da Educação de Jovens e Adultos não nos dá nenhum orgulho, mas da mesma forma que não nos dá orgulho, a existência da Educação de Jovens e Adultos, nos enche de orgulho, por outro lado, podermos trabalhar para tentar minimizar esse problema grave, que é a grave de certificação, a falta de qualificação, a falta da instrução para a nossa população. Um serviço que é fundamental para garantia de direitos básicos. O indivíduo precisa se apropriar das capacidades de leitura, de numeramento, para que ele possa se integrar à sociedade e exercer plenamente o seu direito de cidadão nesta sociedade. E se isso não é possível, por diversos fatores que não cabe aqui ficar destacando, e eu já listei alguns deles, o indivíduo é tolhido desse seu direito fundamental, que é o direito à educação. É nosso dever garantir que essas pessoas possam, mesmo da idade adequada, concluir os seus estudos. É nosso dever. E nós não fechar os olhos a uma realidade que galopa na cidade de Porto Alegre, que é a insegurança. O indivíduo que tem fechada uma escola, nas proximidades da sua residência, por conta de “gestão de recursos”, talvez tenha tolhido o seu direito à educação, porque muitas vezes não pode frequentar a escola mais próxima da sua casa – aquela que estava do lado foi fechada – e a mais próxima não pode ser acessada, porque a região pode estar sob o controle de um grupo criminoso, que é contrário ao que domina a região onde esse cidadão habita. Essa é a realidade de muitos bairros da nossa Cidade, muitos bairros. E, portanto, ao restringirmos cada vez mais os espaços de qualificação, nós estamos restringindo um direito de todo o cidadão, por isso não podemos permitir e não podemos aceitar, como cidadãos, que esse direito seja negado à população. Precisamos de uma política séria que encare esse problema como fato, e um Governo engajado em buscar essas pessoas que não concluíram a sua educação básica e que os leve, que os estimule a voltar para as escolas, e que não restrinja cada vez mais, porque quando o Estado vira as costas ao cidadão, o crime lhe abre os braços. Se o problema mais grave listado pela população da nossa Cidade, do nosso Estado e do Brasil inteiro é a insegurança e o aumento da criminalidade, nós não podemos negar direitos básicos aos brasileiros, aos porto-alegrenses, não podemos, pois o crime estará de braços abertos arrebanhando cada vez mais cidadãos, porque o crime oferece plano de carreira, é atrativo. Isso é lamentável, senhoras e senhores, nós temos que debater um direito inalienável e essencial que é o direito de concluir seus estudos, e, para muitas pessoas, a única via possível, por conta das suas obrigações laborais, é justamente o ensino de jovens e adultos, não podemos retroceder. Gostaria eu que chegasse o momento em que nós pudéssemos abrir mão do serviço de EJA, porque não há mais analfabetos, porque a população adulta, a população de mais de 18 anos já conseguiu concluir os seus estudos por conta de um investimento sério e qualificado que um governo fez nessa área tão importante, mas, enquanto não chegar esse tempo,

precisamos todos nos unir para garantir que, até que a última pessoa conclua os seus estudos, nós possamos oferecer esse direito. É com muita tristeza que volto a afirmar: não me orgulha ter EJAs no nosso País, mas é uma necessidade. Um grande abraço, muito obrigado pelo tempo excedente, Presidente Valter, esperamos aprovar esse símbolo singelo de que nós, Câmara de Vereadores, valorizamos a educação da nossa Cidade.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Obrigado, Vereador.

Em votação nominal, solicitada por esta Presidência, o Requerimento nº 037/18. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 18 votos **SIM** e 06 votos **NÃO**.

Srs. Vereadores, nós votaremos um projeto, de autoria do Ver. Marcelo Sgarbossa, que vai causar um alívio muito grande em diversos Vereadores, especialmente na bancada do Ver. João Carlos Nedel, que está muito apreensivo, Ver. Sgarbossa. Eu reputo isso a uma articulação que o ilustre Vereador tem. Foi encaminhado o assunto à Presidência. As redes sociais fazem parte, e não há nenhuma objeção, nenhuma reprimenda ou nenhuma censura que a Presidência possa estabelecer a que as pessoas utilizem os *e-mails* para mandar para os Vereadores. Se isso muda a posição ou não, a gente não sabe. Muitos pediram essa questão e, finalmente, estamos votando esse assunto, porque pelo menos, por hora, com relação às compostagens, esses *e-mails* param de chegar.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05 minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 2178/14 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 206/14, de autoria do Ver. Marcelo Sgarbossa, que cria o Composta, Porto Alegre, programa de incentivo à prática de compostagem de resíduos orgânicos domésticos em domicílios, instituições públicas ou privadas e condomínios residenciais.

Pareceres:

- da **CCJ**. Relator Ver. Elizandro Sabino: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto;
- da **CEFOP**. Relator Ver. Felipe Camozzato: pela rejeição do Projeto;
- da **CUTHAB**. Relator Ver. Luciano Marcantônio: pela rejeição do Projeto;
- da **CECE**. Relator Ver. Mendes Ribeiro: pela rejeição do Projeto;
- da **CEDECONDH**. Relator Ver. Adeli Sell: pela aprovação do Projeto;
- da **COSMAM**. Relator Ver. Kevin Krieger: pela rejeição do Projeto.

Observações:

- incluído na Ordem do Dia em 17-04-17;
- discutiram a matéria os Vereadores Marcelo Sgarbossa, Professor Wambert e Aírto Ferronato em 14-02-18.

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Em discussão o PLL nº 206/14. (Pausa.) O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para discutir a matéria, como autor, por cedência do Ver. Aldacir Oliboni.

VEREADOR MARCELO SGARBOSSA (PT): O nosso mandato, desde 2013, propôs mais de 120 projetos como esses que estamos votando nesta tarde. Então, realmente, é um mandato que muito tenta contribuir com a Cidade, como vocês que estão ouvindo, seja na TVCâmara, vindo ou presenciando aqui, podem perceber. Esse é um projeto de 2014 que trata do incentivo à compostagem na Cidade. Inclusive, quero fazer a menção de que a Câmara criou uma comissão para tentar reduzir os resíduos sólidos da Casa e, recentemente, na semana passada, esta comissão visitou o nosso gabinete, porque ali temos compostagem no gabinete. E quero convidar a todos, e já fiz esse convite publicamente, o nosso gabinete fica aqui atrás do Plenário, e nós temos ali uma composteira, caixas onde nós colocamos os nossos resíduos, como cascas de frutas, erva-mate, café, não são todos os resíduos que podem ser colocados nesse lugar, e ali temos as minhocas que fazem o trabalho de decomposição desse resíduo orgânico, gerando adubo, gerando substâncias que podem ser utilizadas em plantas.

Então, em primeiro lugar – o Ver. Valter disse aqui que é um tema que vem recebendo mensagens dos apoiadores desse projeto –, o primeiro esclarecimento que eu gostaria de fazer, porque alguns Vereadores levantaram, talvez tentando fazer uma brincadeira, mas eu quero frisar aqui que não se trata de nenhum robô que nos pagamos ou algo assim para mandar mensagens para os Vereadores, inclusive eu convido os Vereadores que receberam esses 300, 400, não sei quantos *e-mails*, que respondam individualmente e verão que do outro lado há uma pessoa, um interlocutor, fazendo uma relação, a não ser que a pessoa não queira responder. (Palmas.)

Então essa questão de achar que é um robô, como são táticas de alguns movimentos que compram robôs para disparar *e-mails*, saibam que esses 400, talvez 500 *e-mails* que chegaram de pessoas pedindo – eu mesmo recebi, porque estou nesta lista de *e-mails* –, são pessoas que apoiam esse projeto e que querem reduzir a quantidade de resíduos que nós irracionalmente produzimos diariamente na nossa Cidade, na nossa vida cotidiana, e mandamos para Minas do Leão, ou seja, nós pagamos caríssimo por – rejeitos eu não digo, porque tecnicamente rejeito não é para ser compostado, – cascas de frutas, alguns alimentos, erva-mate, enfim, uma série de alimentos que é possível transformar em adubo. Por que não fazê-lo? O nosso projeto trata disso, trata de incentivar o Executivo. Quero reconhecer aqui que algumas áreas do Executivo já tratam desse tema. Eu não estou aqui colocando como um tema inovador, inclusive houve aqui um Pedido de Diligência, foram escutadas várias secretarias, DEMHAB, SMAM, todas elas, algumas com ressalva de que já tem um projeto inicial

nesse tema. O DEMHAB deu uma resposta que eu não consigo concordar, disse que as casas populares não têm espaço para composteiras. Ora, nós temos aqui no gabinete uma composteira que talvez tenha 50cm, quer dizer, até numa casa popular, pequena – infelizmente pequena –, tem espaço sim para fazer um mínimo de compostagem.

Então, talvez alguns Vereadores se apeguem aqui, os que votarão contra, infelizmente vocês acabaram de perceber que, com todo o respeito, às vezes, se acha argumento para votar contra, dizendo que nós estamos impondo obrigação ao Executivo. E talvez uma das obrigações que eles dizem ter, pelo menos eu ouvi um que outro Vereador falando, é que nós estamos dizendo que um programa de incentivo deve, no mínimo, disponibilizar informação sobre as técnicas de compostagem, devem disponibilizar assistência técnica. Quando eu estou dizendo “disponibilização de técnicas e meios de implementação dos sistemas de compostagem doméstica”, são seis itens que nós elencamos, isso não precisa, necessariamente, ser feito através de contratação de pessoas e disponibilização de recursos. Há um sujeito que mora aqui perto, o nome dele é César, ele vende essas composteiras. Ele, quando vende a composteira, dá uma aula, tem um panfletinho. Um outro sujeito que vende essas caixas para fazer a compostagem disponibiliza um vídeo de um minuto e meio em que ensina o básico da compostagem. Então, só um pouquinho! Quando nós falamos em “cria ônus para o Executivo”, calma lá! Disponibilizar a informação, talvez através de um vídeo, não é criar ônus.

Nós aprovamos nesta Casa a obrigação de a Guarda Municipal ter a identificação nos uniformes, e foi vetado – não neste Governo, no Governo anterior –, porque criava ônus para o Executivo. Desde quando um pedaço de pano com o nome do Guarda Municipal cria ônus para o Executivo?

Com todo respeito aos Vereadores que possam subir aqui ou que achem que esse projeto cria ônus para o Executivo, ele cria sim uma política de incentivo, que pode ser feita sem custo. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): No dia 5 de junho, os senhores já estão convidados, nós vamos lançar a Semana do Meio Ambiente. Entre outras iniciativas, a possibilidade de termos uma composteira voluntária aqui atrás. Quem quiser fazer compostagem, aqui no fundo da Câmara, vai poder fazer.

O Ver. André Carús está com a palavra para discutir o PLL nº 206/14.

VEREADOR ANDRÉ CARÚS (PMDB): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; eu posso falar com muita tranquilidade sobre o projeto cujo autor é o Ver. Sgarbossa, porque outras iniciativas do meu mandato foram na direção de estimular a compostagem em Porto Alegre. Foi assim quando o Ver. Cassio aprovou aqui o programa de fomento às hortas comunitárias. Com uma emenda de nossa autoria, incluímos que fossem acompanhadas de um processo de compostagem. Foi assim também em parte das emendas que aprovamos ao orçamento de 2018, de acordo com a

proposta do Executivo. Nós também garantimos – e essa emenda foi aprovada e acolhida – recurso para que se desenvolvam projetos na área da compostagem. Mas eu acho que também um dos atributos que temos que sempre exercer é o da coerência. Este projeto já tramita na Câmara desde a Legislatura passada, há quatro anos, e, em 2015, quando exerci a função de Diretor-Geral do DMLU, nós fomos consultados a respeito deste projeto, assim como outros órgãos do Município, que o próprio Ver. Sgarbossa fez referência aqui, entre eles a SMAM, o DEMHAB, a SMED, ou seja, órgãos que desenvolvem ou desenvolviam políticas na área de educação ambiental. Primeiro, temos, desde outubro do ano passado, uma inovação importante, que é a Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente, a Resolução Conama nº 481/17, que no seu art. 12 determina que os planos municipais devem prever metas de aumento da reciclagem da fração orgânica dos resíduos sólidos. Pois bem, antes mesmo da Resolução Conama, que é do ano passado, o plano de gerenciamento integrado de resíduos sólidos de Porto Alegre foi publicado oficialmente em novembro de 2013. Publicado e, diga-se de passagem, pela qualidade do trabalho dos servidores da área técnica do DMLU, Porto Alegre foi a única Capital brasileira que não contratou e não gastou nenhum centavo de dinheiro público com consultoria para desenvolver o seu plano de gerenciamento. Foram os servidores da área técnica do DMLU que o fizeram, e com ampla participação popular, com oficinas e audiências públicas. Já existem duas ações lá no plano que incentivam também o processo de compostagem ou reciclagem da fração orgânica, e elas estão na Ação 3.2 – a redução do envio de resíduos sólidos para aterro que, obviamente, deve comportar duas iniciativas: o reaproveitamento e reciclagem dos materiais em geral, e também o desenvolvimento de projetos e destinação de resíduos sólidos especiais, que, entre eles se incluem as podas, que são passíveis de compostagem. O Parecer da área técnica do DMLU, à época, está aqui no processo, e foi exarado pela equipe de resíduos especiais, refere que há mais de uma década o DMLU já desenvolve, e nós temos lá lindeiro à estação de transbordo, a unidade de triagem e compostagem. Por exemplo, todos os resíduos que são resultado da poda promovida pela SMAMS e também pela CEEE, vão para lá, em compostado – existem leiras enormes que a população pode visitar e conhecer melhor. Só não existe – e acho que isso é uma certa frustração, inclusive, que eu assumo aqui porque não houve uma definição sobre a alocação de recursos que o DMAE deveria destinar para isso, para o DMLU na gestão passada, em torno de R\$ 500 mil –, uma compostagem de um percentual da fração orgânica, porque não se construiu lá um galpão adequado para essa finalidade. Mas existem recursos, já existe uma política de compostagem no Município. Se hoje o processo de educação ambiental transversal na Cidade não ocorre da maneira como deveria ocorrer, é porque se abandonaram ações que tinham, sim, bons resultados junto às escolas, desenvolvidas pela própria SMAMS e também no âmbito do DMLU.

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): O Ver. André Carús prossegue a sua manifestação, a partir deste momento, por cedência de tempo do Ver. Ricardo Gomes.

VEREADOR ANDRÉ CARÚS (PMDB): Obrigado, Vereador. Fraternalmente, não acredito que nós tenhamos que legislar sobre essa matéria. No mérito, sou totalmente a favor. Acho que nós temos que incentivar a construção de uma cidade sustentável, de hábitos sustentáveis do cidadão, e para isso, coletivamente, nós possamos empreender esforços nesse sentido. Mas o Município já investe, e o Município, antes de nós legislarmos a respeito, tem que cumprir essas normativas que já existem. E aqui faço novamente referência à resolução Conama, que é de outubro do ano passado. Se o Município acabou com a Coordenação de Educação Ambiental da SMED foi um erro, porque lá, nas escolas, se aprendia como compostar. Se o Município acabou com o Serviço de Assessoria Socioambiental do DMLU – Sasa, que só nos últimos quatro anos promoveu diversas atividades e envolveu mais de 50 mil pessoas, também foi um erro. Se o Município não tem, hoje, a estrutura que se teve com o CEIA – Centro de Educação e Informação Ambiental, da SMAM, também foi um erro, porque todas essas ações conjuntas promoviam uma transversalidade na promoção da educação ambiental do Município, e, por consequência, a compostagem era um dos eixos do processo de educação ambiental. Mas eu acredito, Vereador, que não é à toa que por quatro anos este projeto esteja aqui tramitando; é porque o Município tem que fazer um dever de casa anterior, antes de legislar sobre esta matéria. E ele está mais recentemente consubstanciado no cumprimento da Resolução Conama. E, anteriormente, desde novembro de 2013, para ser mais específico, num acompanhamento das metas que estão no Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, que é uma exigência da Política Nacional de Resíduos Sólidos, uma lei de 2010, Ver. Adeli. Então, venho aqui reafirmar que sou, sim, um Vereador com o mandato voltado para as causas da sustentabilidade, da preservação ambiental dos recursos naturais e da construção de uma Cidade mais humana, como é o coletivo que Vossa Excelência utiliza também com bandeira do seu mandato. Entendo que existem outros regramentos que estão na ordem do dia para que a Prefeitura cumpra, bem como outros investimentos que já são feitos, com os que gastaríamos mais, que não é necessário legislar sobre essa matéria. A compostagem, para que se implemente verdadeiramente no Município, precisa de vontade política, porque estrutura, recursos e planejamento nós já temos, e não há porque legislarmos a respeito disso. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Obrigado, Ver. André Carús. O Ver. Adeli Sell está com a palavra para discutir o PLL nº 206/14.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, senhoras e senhores. Se alguns projetos de lei surgem aqui e, segundos alguns, caminham no fio da navalha, entre função legislativa e competência do Executivo, é porque ele não está cumprindo com seu papel, é simples assim! Hoje, no início da tarde, tive o prazer de encontrar a professora Teresinha, não sei se ainda está aqui? Com ela aprendi as coisas maravilhosas que se fazia com educação ambiental na

SMED. Bons tempos aqueles em que se fazia esse tipo de trabalho, porque é só pela criançada que vamos poder mudar a consciência e o comportamento, porque hoje, infelizmente, parece que as pessoas têm o prazer de jogar lixo na rua, pouco se preocupando com a sustentabilidade. Também não esperou o inverno para pegar sua touca e ir embora, porque se aposentou antes, uma servidora exemplar do DMLU que trabalhava exatamente com a questão ambiental, ou seja é Governo, é a Gestão Municipal que não está cumprindo com a sua função. (Palmas.)

Leio agora uma notícia de uma rádio do interior do Rio Grande do Sul, do dia 18 de maio, que diz: “Herval é o único Município no Estado com projeto de compostagem urbana”. Tem que entender o que ele dizer com “único a ter projeto”, porque, na verdade, é uma parceria. Eles entraram numa disputa de um edital nacional e fizeram um convênio com a Caixa Econômica para criar o Projeto Ecobalde Compostagem Urbana, onde o Governo Federal abriu um edital, eles ganharam quase R\$ 800 mil, e eles vão botar menos de R\$ 10 mil da Prefeitura. Herval, um pequeno Município aqui do interior do Rio Grande do Sul. E tem mais: compraram um caminhão, onde esses baldes vão ser acoplados e vão levar para uma compostagem no Município para praticamente zerar a necessidade de ter que pegar o pagamento com uma empresa terceirizada, levar o lixo lá para Candiota, seja para onde eles estão levando. Mais do que isso, estão criando uma cooperativa de catadores para fazer a triagem de todo o lixo seco, o lixo reciclável da cidade do Herval. Ou seja, aqui tem exemplos, no Rio Grande do Sul, não precisa ir para outro lugar. Porto Alegre é uma esculhambação, esse contêineres, eu disse desde o primeiro momento, foi nas gestões anteriores, ao invés de copiarmos Caxias do Sul, que tem um contêiner para o lixo orgânico e outro para o lixo reciclável, cujos contêineres são lavados de três em três dias de forma automatizada. Ontem à noite, chego em casa, moro no Centro Histórico de Porto Alegre, está o caminhão parado e o sujeito escovando – escovando! – o contêiner. Gente, isso é um primitivismo total e absoluto, fruto da incompetência, da má gestão, e do gasto exorbitante que se gasta com isso e, depois, não tem dinheiro para pagar hora extra para funcionário, e está faltando funcionário nesta Administração a torto e direito – peguem os agentes de fiscalização e não precisa falar de nenhuma outra categoria, há outras, mas eu falo dessa porque é uma que eu queria falar.

Pessoal, nós temos que ter uma política de sustentabilidade na Cidade; se o Governo não faz, nós, Ver. Sgarbossa, vamos tentar fazer por aqui. Não vingando esta proposta, eu me proponho, junto com outros Vereadores – acho que o Ver. Carús também vai nessa linha –, em ver todos os meios possíveis e imagináveis de fazer uma Cidade para as pessoas, uma Cidade com sustentabilidade ambiental, não somente no discurso – discurso não vale, o que vale para as pessoas é a prática, a vida como ela é. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Obrigado, Vereador. O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para discutir o PLL nº 206/14.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Boa tarde, senhoras e senhores, mais uma vez na tribuna para discutir um projeto bastante meritório, e eu gostaria que nós pudéssemos, neste momento, alterar um pouco o foco de visão com relação aos resíduos domiciliares. Eu ouço frequentemente pessoas dizendo que projetos de iniciativa do Legislativo não podem onerar o Executivo. Há pertinência, há relevância, mas não é o caso deste projeto. Para aqueles que não têm orientação e conhecimento, esclarecemos que todo o resíduo que é coletado pelo vulgo caminhão de lixo na frente de suas residências é encaminhado à estação de transbordo na Lomba do Pinheiro; esse resíduo abastece caminhões de transporte que percorrerão cem quilômetros até o Município de Minas do Leão. Esse caminhão, ao entrar, será pesado, descarregará os resíduos, será pesado na saída. E o Município de Porto Alegre paga para o despejo de todo esse resíduo. No momento em que políticas públicas são implementadas no Município e geram uma redução significativa da quantidade de resíduos produzidos nesta Cidade, a quantidade de resíduos que será depositada em Minas do Leão se reduzirá, e isso é custo? Não, isso é economia. O projeto impõe algumas contrapartidas, obriga algumas diretrizes como, por exemplo, educação ambiental. Mas se todos nós, preocupados com o futuro deste planeta que habitamos e o único que podemos habitar até o momento, não vemos que a política dos 3Rs tem que ser analisada com maior carinho, melhor detalhamento. Na sociedade de consumo em que vivemos, o consumir, o ter, o possuir, o usar, te garante um aparente *status* dentro da sociedade, e quem mais consome é aquele que mais pode e, portanto, mais tem, e isso significa poder e valorização individual. Precisamos mudar essa lógica, essa sociedade consumista, muito impulsionada por aqueles que acreditam que o Estado não tem que limitar e regradar os excessos que população comete, os ditos liberais a qualquer custo, vão na contramão do bom senso, acabando com os recursos naturais, que são finitos, e com o planeta que não é substituível. Portanto, senhoras e senhores, o projeto em questão não é para hoje, nem para amanhã, é para sempre. Ou, pelo menos, enquanto a nossa espécie habitar esse pequeno planeta na órbita do nosso Sol. Eu parablenizo o Ver. Marcelo Sgarbossa, acho que a iniciativa é singela, não há um comprometimento grande com relação ao Governo, a menos que o Governo ache que a imposição de práticas de educação ambiental seja algo descomunal, isso é uma obrigação de todo o governante: orientar.

Para concluir, eu sempre destaco que, desde que me conheço por gente, a melhor campanha de educação ambiental feita no Município de Porto Alegre foi na época do Sr. Vieira da Cunha como Diretor do DMLU, com o projeto Urbano Limpeza. Eu não me lembro da Cidade ser tão limpa quanto aquela época em nenhum outro momento da minha vida. Eu acredito que políticas públicas de educação ambiental são imprescindíveis. Portanto, são projetos, Ver. Marcelo Sgarbossa, que obrigam o Governo a cumprir as suas obrigações, que é trabalhar em prol da nossa Cidade, da nossa população e do nosso futuro. Parabéns, e um grande abraço.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Mauro Pinheiro assume a presidência dos trabalhos.)...

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (REDE): O Ver. João Carlos Nedel está com a palavra para discutir o PLL nº 206/14.

VEREADOR JOÃO CARLOS NEDEL (PP): Ilustre Presidente Mauro Pinheiro, Vereadores, Vereadoras, este projeto do Ver. Marcelo Sgarbossa tem vício de origem, claramente é um projeto que exige recursos públicos e também atribuições para o Executivo. É exclusividade do Executivo gerir a sua administração. O DMLU já tem esse projeto de compostagem há muito tempo, as hortas comunitárias também têm esse projeto. É desnecessária essa lei do Vereador. Então, recomendo a não aprovação.

Mas o Vereador aqui falou sobre o envio de *e-mails* para as caixas dos Vereadores, insistindo em nome de terceiros que votem o projeto tal. Eu acho um assunto muito importante e antiético. Por quê? Porque o Vereador constituiu uma ONG, chama-se Cidade Mais Humana, um coletivo pessoal do mandato do Vereador. Ele colocou na sua página da Internet um detalhe para as pessoas se inscreverem: “Olha, inscreva-se aqui para receber notícias do mandato”. Ótimo, muita gente se inscreveu para receber notícias do mandato, assim nós também temos a nossa mala de *e-mails* para receber notícias do mandato. Eu tenho um boletim que mando para as pessoas que estão lá cadastradas. Mas o que faz o Ver. Marcelo Sgarbossa? Aí é que vem falta de ética. Ele está usando o nome dessas pessoas cadastradas para receber informes do seu mandato para pressionar os Vereadores; em nome de terceiros, sem o conhecimento dessas pessoas! Eu pude contatar com apenas quatro dessas pessoas, porque para mim responderam o *e-mail*, informando o detalhe do projeto dele, eu vou responder para a própria ONG dele! Ora, meus senhores, que coisa mais incoerente. V. Exa. te pode me ajudar, o que significa usar o nome de terceiros sem o conhecimento? Isso é o quê? Falsidade ideológica? Isso é um procedimento antiético?

Eu peço, publicamente, ao Ver. Marcelo Sgarbossa, meu colega aqui, que não continue com essa prática. Isso não é adequado, não é ético. Isso está enchendo as nossas caixas de entrada de *e-mail*, deixando sem espaço para que recebamos também as correspondências. Peço, gentilmente, que V. Exa. pare com esse sistema que está incomodando os seus colegas e usando falsamente o nome dessas pessoas.

Vereador Marcelo Sgarbossa (PT): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Nedel, agradeço pelo aparte, prometo retribuir um dia que estiver falando e o senhor precisar. Entendo que o senhor fez uma espécie de acusação, inclusive de falsidade ideológica. Eu lhe diria o seguinte: se o senhor acha que isso que um desrespeito ético, o senhor pode encaminhar para a comissão de ética. O senhor mesmo fez contato com quatro pessoas dessas, ou seja é a pessoa...

VEREADOR JOÃO CARLOS NEDEL (PP): Tenho o nome delas e todas me confirmaram que não autorizaram o Vereador a usar o nome delas. E V. Exa. está usando indevidamente. Mas eu estou pedindo para V. Exa. parar com esse procedimento. Só isso.

Vereador Marcelo Sgarbossa (PT): Bom, eu expliquei, antes, da tribuna, Vereador, que é um sistema em que a pessoa clica e dispara um *e-mail*, não sou eu, e nem existe essa ONG que o senhor está falando...

VEREADOR JOÃO CARLOS NEDEL (PP): Como?

Ver. Marcelo Sgarbossa (PT): A pessoa deseja mandar uma mensagem que vai para todos os Vereadores, inclusive para mim. Eu também recebo esses *e-mails*. Então se o senhor não está acostumado com a participação popular, eu não tenho muito o que fazer em relação a isso. (Palmas.)

(Manifestação das galerias.)

VEREADOR JOÃO CARLOS NEDEL (PP): Vocês estão batendo palmas equivocadamente. Alguém está enganando vocês! Que vergonha! Vocês estão sendo enganados! Então eu estou solicitando, se V. Exa. continuar com isso, eu vou entrar no Conselho de Ética, sim, senhor, e V. Exa., sem dúvida, será penalizado.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Valter Nagelstein reassume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Obrigado, Ver. João Carlos Nedel. Por favor, eu solicito às galerias respeito ao direito de manifestação do Vereador. Obrigado.

A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para discutir o PLL nº 260/14.

VEREADORA FERNANDA MELCHIONNA (PSOL): Eu acho que, sempre que vem um projeto útil socialmente, o argumento da bancada do Governo, em geral do próprio Governo, é de que o projeto tem vício de origem. Parece que, para o Governo, o ideal, então, é fechar a Câmara e que a gente não possa legislar, porque é um projeto de princípios gerais. O projeto do Ver. Marcelo não diz exatamente de que forma, qual Secretaria, qual o horário, porque isso, sim, é atribuição do Governo. Agora, promover um programa de educação ambiental que vincule o processo de separação adequada dos resíduos em todas as esferas, como já esteve vinculado ao DMLU. E o DMLU vem sendo desmontado, não só o programa de educação ambiental junto às escolas, o DMLU junto à comunidade, como o próprio DMLU. É uma coisa estranha, porque o Marchezan não conhece os servidores públicos. Os servidores do DMLU pedem para trabalhar, querem ajudar na coleta dos resíduos sólidos da Cidade, mas, ao longo dos anos, o que aconteceu foi uma terceirização, uma terceirização que fez uma piora na coleta dos resíduos. Os caminhões que existiam antigamente e que entravam nas comunidades, os caminhões menorzinhos, para fazer a coleta,

simplesmente, não existem mais. Muitas comunidades – nós estamos falando de comunidades irregulares em função da morosidade da regularização fundiária – que moram em morros têm de descer o morro para deixar os resíduos lá embaixo. Isso, muitas vezes, faz com que os resíduos sejam espalhados, o que gera transtorno à comunidade, gera focos de resíduos. Então, a terceirização trouxe a piora dos serviços, trouxe, muitas vezes, a porta aberta da corrupção – como foi o caso do Garipô Selistre, que foi pego na tampa, e vários milhões não foram desviados naquele momento – e trouxe também um gravíssimo percentual de resíduos sólidos que estão sendo reciclados. Porto Alegre foi pioneira na coleta seletiva dos resíduos, pioneira com um Departamento Municipal de Limpeza Urbana coordenando isso, pioneira nas unidades de triagem. E hoje perde para muitas cidades. Hoje nós reciclamos somente 3% dos resíduos; 97% estão sendo descartados de forma irregular. Isso não faz o retorno desse resíduo ao meio ambiente, faz com que o aterro tenha resíduos que poderiam estar sendo reciclados e piora a qualidade dos salários de quem trabalha nos galpões. Tivemos uma reunião aqui na Câmara, ontem, com o pessoal dos galpões, porque os recursos não estão chegando. Portanto, as pessoas não estão recebendo, e algumas não estão comendo, pois são famílias que ganham menos de um salário mínimo e que fazem muito pelo meio ambiente. Agora, sequer isso estão recebendo. Então, um programa que trate da educação ambiental é meritório por si. E, mais ainda, que estimule a compostagem, porque hoje nossos resíduos orgânicos vão todos para Minas do Leão, cem quilômetros todos os dias. Junto com os rejeitos, vão os resíduos orgânicos que poderiam estar sendo utilizados para muitas coisas a partir da compostagem. E não são! E o projeto estimula o corporativismo, a solidariedade, ideias com que todos nós deveríamos nos preocupar. Quero concluir falando que nós estamos vivendo um momento muito grave no mundo. Todos falam, todos os cientistas falam do problema do aquecimento global, o que é um problema real. A lógica desenfreada desse capitalismo, da destruição do meio ambiente tem impactos brutais sobre o planeta, só que além da cobrança internacional por acordos que reduzam a emissão de gases poluentes para a atmosfera, é preciso que as cidades façam também seu dever de casa, que passa pelos resíduos, que passa pelo transporte que passa por cidades mais sustentáveis, e esse projeto vem nessa esteira. É óbvio que não tem nada de inconstitucionalidade, e vou votar com o senhor no seu projeto, e acho que, sinceramente, se alguém se incomoda de receber e-mails da cidadania pedindo a votação de algum projeto, não deveria ser Vereador, porque é um dever nosso falar com a comunidade. (Palmas.)

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Que bom que o povo venha para a Casa. Inclusive o povo de todas as vertentes políticas, não somente só de uma. A Casa é uma Casa que tem que ser plural, e a gente deseja que a sociedade sempre participe aqui da melhor forma possível. São todos bem-vindos. (Palmas.)

A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para discutir o PLL nº 206/14.

VEREADORA SOFIA CAVEDON (PT): Presidente, ia começar por aí também. Todos sabem o valor extraordinário de um programa de educação ambiental e de um programa que pode reduzir inclusive custos para a Prefeitura, o que já foi dito. È um rio de dinheiro que se gasta enterrando lixo – R\$ 80 mil reais por dia –, e enterrando lixo misturado, porque se abandonou completamente a educação ambiental, e aqui já foi falado, e isso é um custo absurdo para nossa Cidade e um custo absurdo para nossa terra, para a preservação do planeta onde vivemos, para a sustentabilidade, para o futuro de nossas gerações, de filhos e filhas. Portanto, é um projeto de educação que está aqui proposto, Marcelo. Parabéns! Queria entender porque o Governo resiste tanto, porque ele não precisa gastar nada, é só utilizar seus próprios queridos grupos de servidores e servidoras que ao atuarem lá na ponta, recebendo uma formação, uma orientação, um apoio, vão inserir na sua atuação cidadã esse tipo de orientação. E é em todas as áreas. O DMAE, quando chega nas comunidades, o DEP quando chega nas comunidades, o agente comunitário de saúde, as professoras e professores, os trabalhadores todos podem dar um toque, podem distribuir um material, podem contribuir para essa educação que resulta numa Cidade melhor. Nós temos – Marcelo, domicílios, bairros que ainda são moradias que têm um pedacinho de terra, não precisa nem ser a compostagem dentro do gabinete como tu dizes que faz, como tu fazes – um pedacinho pequeno de terra, de pátio, de jardim pequenininho, já resolve. Só que as pessoas não sabem como fazer, as pessoas não sabem o manejo, nem sabem o que poderiam fazer, as próprias crianças e os adolescentes. E eu quero dizer que é uma indução extremamente necessária que a política pública tem que fazer, a política dos 3Rs, reduzir, reutilizar e reciclar, porque uma vai puxar a outra. Porque a população tem que ser chamada à atenção ao ser desafiada a fazer compostagem, a separar o lixo seco. Vai separar o lixo necessariamente, e verá que tem um aproveitamento, que poderá usar, vender a latinha, enfim. Há mil estratégias que resultam dali. E aí, nós deixamos de enxergar, eu acho que esse é o principal problema de o Governo não estar apoiando o lixo como uma mercadoria. Porque, infelizmente, na cidade de Porto Alegre, nós temos um Prefeito hoje que só olha para as políticas públicas: qual é a fatia que eu posso entregar para exploração privada? É isso que nós temos na cidade de Porto Alegre hoje. Nesta semana, um edital para privatizar o Mercado Público, e ontem, nós dizíamos ao Prefeito: não temos acordo. E ele disse: “Não, mas os *shopping* sabem fazer estacionamento e fazer vendas”. Ele olha para o Mercado Público e enxerga um *shopping*, não é possível; ele olha para a beira do Cais e “vamos construir um edifício, vamos botar um *shopping*. Toda revitalização está ligada à ideia de consumir, de explorar, de disposição econômica e de transformar em mercadoria tudo o que vê. E aí não cabe, Ver. Marcelo, criar sujeitos, cidadãos, cidadãs que não produzem o lixo para mercadoria, porque estão rendidos, o Governo está rendido a setores que querem explorar e tomar parte do público. E aí nós sabemos o que significa, é menos meio ambiente, é menos inclusão, porque querem –aqui os nossos colegas do DMAE – favorecer negócios privados como tratamento de água e esgotos; como a expansão de água; como a coleta da água suja e a sua limpeza. Porque é um belo negócio, um mercado certo, com consumidores que vão ter que pagar para isso. Quando nós

vamos fazer chegar na população mais carente uma água limpa, um saneamento? Nunca. Portanto, nós optamos por educar, nós optamos por reciclar, nós optamos por valorizar os servidores e servidoras, não tem outro futuro na cidade de Porto Alegre.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Obrigado. Em votação o PLL nº 206/14. (Pausa.) O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para encaminhar a matéria, como autor.

VEREADOR MARCELO SGARBOSSA (PT): Primeiro, agradeço à bancada pela confiança e às manifestações que vieram aqui, na sequência. O Prof. Alex me falou do tema dos catadores, realmente não está no projeto, mas isso faz parte de um outro projeto nosso que trata da questão de valorizar esses verdadeiros agentes ambientais da Cidade, são pessoas que trabalham com a reciclagem há muitos anos, já são gerações que trabalham com reciclagem, a política nacional de resíduos sólidos já dispensa de licitação a contratação direta de associações e cooperativas de catadores, é um dos poucos casos em que a lei geral das licitações dispensa de licitação determinado fato: se a Prefeitura quiser, poderá contratar sem licitação cooperativas e associações de catadores. Então, nem colocamos isso no projeto, não está no projeto o tema dos catadores, está em outro projeto de autoria do nosso mandato, mas quero dizer que nós já temos um *know-how* na Cidade de separação, de acúmulo, e a Prefeitura deveria, ao invés de criminalizá-los e fazer uma disputa do lixo na Cidade, como se essas pessoas estivessem roubando o lixo, fazer justamente o contrário: equipá-los e pagar pelos serviços ambientais que eles prestam à Cidade. Esse é um tema que eu queria trazer rapidamente, esse é o tema que nós deveríamos tratar, porque temos, sim, pessoas que já fazem isso, e não deveriam proibi-los de circular na Cidade, como é o caso de uma lei que conseguimos prorrogar, está prorrogada até 2020, senão eles estariam proibidos de circular na Cidade. Este é um dos temas.

Em relação ao Ver. Nedel; Vereador, vamos discutir esse tema que o senhor levanta aqui, eu acho que, se o senhor se sentiu incomodado, saiba que são pessoas reais que estão do outro lado, o senhor mesmo fez uma interlocução com elas, então não quero responder nesse minuto. Gostaria que sim, que o projeto fosse aprovado, primeiro porque ele trata de um impulso à questão da compostagem, que é uma economia fantástica. É uma irracionalidade nós mandarmos para Minas do Leão – o Ver. Alex lembrou aqui –, fazendo cem quilômetros por dia, toneladas e toneladas de resíduos que poderiam ser, inclusive, voltados para uma atividade econômica. Algumas pessoas poderiam cuidar disso, poderiam recolher esse resíduo compostado em cada apartamento, em cada residência e transformar isso, inclusive, numa renda, se fosse o caso. Então poderíamos ter, talvez, o trabalho de uma cooperativa que auxiliaria as pessoas. Vejam, não é nenhuma obrigação ao Executivo, e quero aqui dar, talvez, uma ideia para algum Vereador. Um tempo atrás, um Vereador numa Cidade que eu não lembro o nome obrigou o Executivo a colocar câmeras de vigilância em determinados

pontos da Cidade. O Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul discutiu o tema e entendeu que era, sim, da legitimidade do Vereador, não existia vício de origem, e obrigou o Município a instalar câmeras de segurança. Estes, sim, gastos certos: a compra e a instalação dessas câmeras. O nosso projeto, definitivamente, não impõe custos; claro que fala que um programa de incentivo, de alguma forma, tem que incentivar. Nós não estamos aqui para fazer uma lei meramente retórica.

O Prefeito Fernando Haddad, em São Paulo, distribuiu três mil composteiras na cidade, e foi um sucesso. Claro que com um auxílio técnico, conseguiu mostrar para as pessoas como fazia. Eu quero convidar novamente as pessoas que quiserem conhecer uma composteira pequena, com minhocas californianas. Para quem não sabe, esse é o tipo de minhoca que consegue fazer o trabalho da compostagem, não é qualquer minhoca. As minhocas não são importadas, não precisa trazer elas da Califórnia, é só uma espécie de minhoca chamada assim. Enfim, estou aqui descontraído um pouco, mas, no fundo, achando que será um sinal político e efetivo importante se nós aprovarmos aqui esse projeto. Foi mostrado, pela quantidade de *e-mails* que chegaram, o quanto de apoio tem na nossa Cidade – é esse o termômetro. Eu também recebi esses *e-mails*. É claro que divulguei, pedi que as pessoas se manifestassem, e era para mostrar para os Vereadores o quanto um projeto dessa natureza tem um potencial transformador. Então não encarem isso como uma ofensa ou como um incômodo. Não consigo entender isso. Eu já fui vítima, entre aspas, aqui, em algumas votações, de milhares de *e-mails*. Por exemplo, quando votamos a questão dos aplicativos e a questão de gênero nas escolas, eu recebi muitos *e-mails*, mas não me incomodei por isso. Aquilo para mim foi, inclusive, um termômetro para entender o quanto mobilizava a sociedade. Então não tenhamos receio de receber *e-mails* em massa – como foi o caso aqui – ou não. Acho que foi uma grande quantidade de pessoas que se manifestaram dizendo “vamos votar a favor.” Então, fica aqui o encaminhamento na expectativa de que não seja... Desculpa, Presidente, 30 segundos para concluir...

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Vereador, eu não posso dar 30 segundos para o senhor, eu teria que dar para todos.

VEREADOR MARCELO SGARBOSSA (PT): Ok. Então, termino aqui só para pedir a aprovação, porque acho que a Cidade merece. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Agradeço a sua compreensão, acho que seus argumentos já estavam muito bem esgrimidos.

O Ver. André Carús está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 206/14.

VEREADOR ANDRÉ CARÚS (PMDB): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, eu acho que o Ver. Sgarbossa colocou uma expressão muito

adequada aqui, que este não é um projeto que confronta situação ou oposição. Quanto ao mérito, estou de pleno acordo, mas entendo que o Município já investe recursos públicos nisso, sendo que outras áreas estão desassistidas e há outros regramentos a serem cumpridos, anteriores à criação de uma legislação. É isso.

Mas vim aqui no encaminhamento para, em cima das falas dos colegas Adeli e da Ver.^a Fernanda, fazer algumas reposições que são importantes. Primeiro, com relação ao DMLU. Quando nós assumimos o DMLU, em janeiro de 2013, existia lá uma licitação judicializada que pretendia unificar, num só contrato, todos os serviços da Cidade, de limpeza urbana, à exceção da capina. Tomamos uma decisão junto com o Prefeito Fortunati e o Vice-Prefeito Sebastião Melo de revogar aquela licitação, desistindo da ação que contestávamos e também abrimos cinco novos contratos, e devolvemos. Até vi antes aqui alguns servidores do DMLU, e não vou perguntar na tribuna, porque já sei a resposta, sobre qual é o período que eles se entendem mais valorizados. Não vou fazer essa pergunta, porque já sei a resposta. Mas quero lembrar então, Ver.^a Fernanda, que dessa decisão, nós devolvemos para a Cidade cinco licitações e nem uma delas é contestada, as contratações. Coleta seletiva em cem por cento das ruas da Cidade, onde o caminhão tem acesso. Saímos da licitação emergencial da coleta domiciliar e passamos a atender com a necessidade do Município. Temos hoje um contrato regular do transporte de resíduos, mais Ecopontos, que são as unidades de destino certo que estimulam a separação, a segregação dos resíduos, e a redução em 59% dos focos de lixo, que infelizmente, nós vimos agora que nos últimos dois meses aumentaram em 98 quase 100, porque estão sendo retrocedidas as políticas que eram executadas até há bem pouco tempo, Ver. Pujol.

Também quero aqui ressaltar, Ver. Adeli, que eu nunca vi ninguém limpar um contêiner com esponja no Centro. Bom, então é um excesso de zelo, porque estava muito sujo, porque a lavagem, assim como a coleta, é automatizada, isso é previsão contratual. Então a fiscalização tem que ver se de fato está ocorrendo de forma automatizada. É a primeira vez que eu vejo isso.

Também esses novos contratos resultaram na duplicação do contrato de coleta domiciliar que atendia 11 bairros e passou a atender 19. E sabe o que é o melhor disso? Daquela licitação, Ver. Ricardo, que estava judicializada, e nós revogamos, nós economizamos, com cinco novos contratos, R\$ 75 milhões. Isso, sim, é cuidar do dinheiro público! Economia que serviu certamente para ser investido em outras áreas em que o Município é carente. Mas há quem pense diferente.

Sobre a questão dos catadores; ontem o Presidente, Ver. Valter Nagelstein, acolheu uma sugestão do nosso mandato, porque o nosso Presidente da COSMAM, Ver. Cassio, nós já fechamos a agenda deste semestre, então fizemos pela presidência, e recebemos 15 unidades de triagem aqui ontem, das 19 que mantêm convênio com a Prefeitura, e eles estão com problemas de atraso no repasse dos recursos que são dos convênios e também não estão recebendo adequadamente as cargas lá que deveriam vir do serviço da coleta seletiva. Não estão recebendo! Nós conseguimos algo que até então o Governo atual não tinha feito, que é sentar para dialogar com as unidades, e os representantes das unidades disseram: “É a primeira vez que eu estou conversando com

o Diretor do DMLU”; conseguimos, Presidente, e garantimos que hoje fosse realizada uma reunião no DMLU para regularizar o repasse desses convênios, normalizar o desembolso dos recursos, e que se explique o porquê de a fiscalização sobre a coleta clandestina de resíduos recicláveis – que concorrem com a coleta do Município –, afrouxou! Afrouxou! A nossa fiscalização era tão boa naquela época, Ver. Janta, que os nossos fiscais chagaram a ser vítima de cárcere privado na Ilha, porque os catadores clandestinos não queriam que eles continuassem punindo, porque para eles é um bom negócio, mas tem outras mil pessoas que estão conveniadas com o Município e que perdem com isso.

Então vim aqui no encaminhamento, fugindo um pouquinho só do mérito do projeto, para também responder de forma muito tranquila e não deixar transitar em julgado o que, muitas vezes, repetindo, torna-se verdade. Nós estamos fazendo algumas coisas sim, e ninguém é proprietário de um determinado segmento da sociedade. Os mais pobres não caminham só numa direção ideológica, os da classe média também não caminham só numa direção ideológica, as cabeças devem estar abertas para todos aqueles que pensam coletivamente e querem as melhorias que, principalmente, os que mais precisam reivindicam. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Obrigado, Ver. Carús. Além dos catadores, eu quero comunicar aos Vereadores que ontem nós recebemos a Ascomepc, os permissionários do Mercado Público. Combinamos que eles vão vir a esta Casa conversar com os Vereadores num período temático. Eu também convidei o Secretário Bruno Vanuzzi, para que possamos jogar luz sobre a questão do Mercado Público.

O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 206/14.

VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD): Queria dizer que ouvi vários Vereadores falarem e quero referendar que existe projeto, vários Vereadores falaram que existe projeto, existe projeto de compostagem nas escolas, em algumas repartições do Município, que o DMLU faz. Mas eu vou encaminhar para aprovar o projeto, porque eu não vi, até hoje – e aí é o setor que eu trabalho, eu sou oriundo deste setor –, nenhum supermercado ter compostagem. Aqui falaram que o Governo faz, faz, faz, e eu peço para os colegas fazerem um exercício. Todas as verduras, os legumes, todos os produtos dos supermercados, se vocês sabem de algum centro de compostagem desses supermercados. As redes de lancherias de Porto Alegre, se sabem de alguma compostagem. Então, o projeto não obriga a nada, o projeto referenda o Governo para cobrar e exigir dessas redes, como consta no art. 5º, a compostagem, e é necessária, porque saem aqueles contêineres lotados de comida. Aqui em Porto Alegre, só tem uma rede de supermercado que aproveita as verduras e os legumes – principalmente alface, tomate e repolho –, para alimentar os suínos e os frangos da sua rede; mas o restante

não faz isso. Então, somente pelo que consta no art. 5º deste projeto, já merece a nossa aprovação, porque não obriga o Governo, é apenas um programa. O Governo aprovou nesta Casa autoridade para a Guarda Municipal multar as pessoas que jogam lixo na rua, além dos fiscais do DMLU e da SMIC. Acho que este projeto até poderá gerar renda no futuro por essa questão da compostagem. Encaminho pela aprovação deste projeto, que poderá tornar a nossa Cidade diferente. Se esses empreendedores não quiserem fazer isso, poderão gerar renda nas comunidades mais carentes da nossa Cidade, como nas ilhas, que necessitam de novos empreendimentos, através da compostagem. Seria isso, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Obrigado, Ver. Janta. O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 206/14.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Ver. Valter, tenho um apreço muito grande pelo nosso planeta e sei que tudo que nós fazemos terá um impacto futuro. Por isso viemos manifestar, mais uma vez, o nosso apoio a essa iniciativa e relembrar os Vereadores, principalmente aqueles que dizem que há vício de iniciativa neste projeto que institui um programa municipal, que esta Casa Legislativa aprova, com frequência, programas municipais. Eu vou relembrar alguns: Programa Municipal do Empreendedorismo, que instituiu algumas diretrizes para serem implementadas dentro do currículo das nossas escolas. Não houve esse tipo de celeuma ou de manifestação emocionada por parte de alguns que verbalizaram, aqui desta tribuna, posição contrária ao seu projeto, Ver. Marcelo; apoiaram e votaram favoravelmente a esse programa, mesmo se contradizendo, porque se a pessoa faz uso da palavra dizendo que há imposição de diretrizes para o Executivo no seu projeto, deveria se opor aos outros, a todos os programas que partissem desta Casa Legislativa. Se o Legislativo não pode regram determinadas diretrizes, dar um pontapé inicial para alguns programas públicos nesta Cidade, que seja unânime. Que haja vício de iniciativa ou pelo menos a verbalização desse descontentamento para todas essas iniciativas, e não apenas uma iniciativa de cunho ambiental e que parte de um autor que pertence à bancada de oposição, porque isso parece birra com a sua pessoa. (Palmas.)

Eu gostaria também de frisar o Plano Nacional de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, que não é implementado, na sua plenitude, em nenhum lugar neste País. Mas existem algumas cidades que avançam a passos largos em prol dessa iniciativa, inclusive, gerando renda para as pessoas mais humildes da Cidade, e não restrições, favorecendo o associativismo, estimulando o indivíduo a coletar, a triar, a separar os resíduos. E todo esse, digamos assim, desafogo nos cofres públicos, se reverte em ganho para famílias humildes. É disso que estamos falando; por isso o senhor ressalta a dispensa de licitação nesta área, que é importante. Por isso, senhoras e senhores, estamos discutindo aqui redução de custos para cidade de Porto Alegre,

preservação de recursos que são finitos e otimização do que nós temos, sendo literalmente enterrado. Nós enterramos toneladas de dinheiro porque não podemos olhar com olhos de décadas passadas, vendo os resíduos urbanos como apenas gastos e custos; temos que analisá-los agora sob a ótica de potencial de geração de riqueza, de sustento de famílias humildes do nosso Município. E o seu projeto visa justamente a aprimorar uma área para reutilização daquilo que não tem potencial reciclável, pelas vias dos resíduos secos. Porém, senhoras e senhores, podemos, inclusive, começar a pensar, talvez coletivamente, criando uma Frente ou um grupo de trabalho para nos debruçar com relação à temática do biogás. Existem resíduos sólidos que, por sua natureza, geram muito odor, atraem insetos e roedores; por conta disso, não são bons para a compostagem – resíduos alimentares, ricos em gordura, podem ser utilizados para produção de biogás. Se, em vez de enterrarmos, permitirmos que esses resíduos se transformem em metano, contribuindo para o aquecimento global, podemos utilizar este metano para um fim mais nobre, a microgeração de energia, microusinas de geração de energia, o que pode ser implementado em nível local, abastecer pequenas unidades, pequenos prédios públicos. Infelizmente, o retrocesso nos mantém presos ao passado e a uma lógica de consumo. Encerrando, nós precisamos abrir os olhos para o futuro. Quanto mais tratarmos lixo com lixo e empurrarmos para mais distante, para outro Município, continuaremos atrelados a dogmas passados que, infelizmente, vão ajudar a colapsar a sociedade futura. Um grande abraço. Votaremos favoravelmente ao seu projeto.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Obrigado, Ver. Prof. Alex. Fraga. Srs. Vereadores e especialmente os representantes do Simpa, quero dizer, como não havíamos definido a questão, vieram me trazer agora a questão do fechamento da portaria de cima, a qual tem horário para fechar. Eu determinei que hoje a portaria permaneça aberta, na medida que não tínhamos conversado a respeito disso e eu não quero criar nenhum tipo de dificuldade. Eu queria tentar propor que, no futuro, a Câmara disponibilize o largo das bandeiras para que todas essas instalações de barracas, da venda de lanches e tudo possam tranquilamente acontecer ali e a portaria debaixo fica permanentemente aberta. Então, nas próximas reuniões, quando nós tivermos que nos estender para além do horário: a portaria de cima, historicamente, fecha, fica garantido o acesso da portaria debaixo e fica garantido a instalação de barracas e outros equipamentos ali no largo das bandeiras. Então, já se pode fazer um espaço que, desde já, fica franqueado para que os senhores façam isso, ao invés da rampa de acesso, usamos ali o largo que me parece inclusive mais adequado para isso e permite que vocês possam entrar e sair, utilizar os banheiros da Casa, enfim, fiquem à vontade nessa questão. Então, hoje permanecerá aberta a portaria de cima para não criar nenhum tipo de dificuldade. Obrigado. (Palmas.)

O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 206/14.

VEREADOR REGINALDO PUJOL (DEM): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, estou sentado ali na minha cadeira a mais de uma hora ouvindo esse debate maravilhoso que aqui se processou, inclusive – por que não? –, estimulado por essa bela presença que nós temos aqui de pessoas que vêm nos assistir, que, com frequência, aplaudem a quem merecem os seus aplausos, nos seus entendimentos, mas que respeitam a todas as opiniões. Eu gostaria de deixar muito claro o seguinte: eu sou contra a qualquer tipo de preconceito, mas eu preciso, em muitos momentos, até fazer um esforço de ordem pessoal para não tomar uma atitude mais radical em determinadas situações. Nós estamos enfrentando hoje um projeto que está tramitando na Casa há mais de quatro anos, há quatro tínhamos uma realidade, hoje temos outra realidade. O ex-Diretor do Departamento Municipal de Limpeza Urbana veio à tribuna com autoridade incontestável, declarando que as intenções aqui relatadas foram todas elas objeto de implementações variadas, especialmente em função da atuação do órgão que ele dirigiu na cidade durante longo tempo. Eu pessoalmente, Sr. Presidente, vi nesses quatro anos acontecer algumas coisas, entre as quais terminaram, por assim dizer, com os chamados projetos de lei autorizativos, que eram utilizados com frequência aqui na Casa, encaminhados ao Executivo com proposta semelhante a essa. E o Executivo, depois, executava ou deixava de executar. Foi feito inclusive um precedente legislativo obstando esse tipo de iniciativa. Criou-se, inclusive, um reforço à chamada indicação no esforço de transformá-la no projeto de lei indicativo para que essas coisas pudessem ser comportadas. Por isso, parece-me que nós estamos aqui discutindo a forma de fazer as coisas e não as coisas propriamente ditas. Eu duvido que alguém em sã consciência possa ser discordante dos retos propósitos aqui colocados pelo Ver. Sgarbossa. Agora, Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, na verdade, nós temos aqui um projeto programático, repleto de boas intenções, sem a coerção que um projeto de lei necessariamente teria que ter. Se este projeto aqui, belissimamente bem redigido, for aprovado, como eu acredito que será aqui pela Casa, pelas manifestações que observo, e não for executado, nada vai acontecer. Nada vai acontecer! Os governos que antecederam a decisão legislativa de fazer o precedente legislativo guardavam os projetos autorizativos, que nós aqui votávamos, na gaveta e só os aplicavam quando era da sua conveniência. Especialmente até para justificar alguma atitude que tinham que tomar que não fosse do agrado da população, diziam: olha, o projeto do Ver. Fulano diz assim, por isso nós temos que decidir contra vocês. Então, Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, por coerência, eu acho que a coerência tem que presidir os nossos atos, os quais nós podemos e devemos modificar, quando algo assim ocorrer no sentido de mudar as nossas posições. E eu cheguei aqui decidido a ouvir para ver se mudava a posição com a qual eu havia convivido nesses três anos em que estamos elaborando e discutindo esse projeto que agora vai à votação. Com todo o carinho, compreendendo a luta do Ver. Sgarbossa, até com bom humor, eu vou lembrar aquela situação: acho que o senhor está ganhando o discurso, não sei se vai ganhar os efeitos. O senhor vai aprovar o projeto, não vai contar com o meu voto, mas vai aprovar o projeto. Não sei se terá resultado. Aliás, vaticino o contrário: é mais um

dos outros tantos projetos que vai ficar letra morta nas gavetas do Prefeito; se ele, na defesa, da sua posição, entender que não deve reter a proposta por dela discordar.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Obrigado, Vereador. O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 206/14.

VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO): Muito obrigado, Presidente, boa tarde a todos, eu faço questão de saudar a fala do Ver. Pujol, acho que foste ao ponto, Vereador, o mérito do projeto é indiscutível, e eu até recentemente, antes de assumir o mandato de Vereador, eu trabalhava, era um dos sócios de uma empresa de serviços ambientais, a gente trabalhava temas de aproveitamento de resíduos sólidos, muito mais relacionados a resíduos de madeira para transformar não só em combustível de fornalhas, caldeiras, lareiras, como também tirar todos aqueles resíduos de podas urbanas, que muitas vezes vão para aterros sanitários, ficam produzindo metano e poderiam ter uma melhor destinação, virando algum outro tipo de produto para o consumidor final. Por um lado, eu vejo essas iniciativas, como de compostagem, entre alternativas de reaproveitamento de resíduos, ou de melhor destinação deles, com muito bons olhos. Eu acho que o projeto nesse sentido tem um grande mérito, Ver. Marcelo, e o senhor já trabalha nesse tema há algum tempo, mas causa um pouco de desconforto, principalmente a fala do Ver. Adeli, eu estava ouvindo várias falas dos Vereadores, porque é um debate que me chamou muito a atenção, mas a fala do Ver. Adeli, quando ele trouxe à tribuna que projetos inconstitucionais chegam à Casa quando o Governo se omite. Portanto um Vereador na própria bancada do colega que está propondo o projeto já traz à tribuna uma espécie de inconstitucionalidade do projeto, e o art. 3º, ao fazer a leitura do projeto com mais atenção, o próprio início do artigo já começa a falar como se dará a execução do mesmo, por quais ações, dando aí o flagrante de inconstitucionalidade. Portanto, no mérito, não tenho nada a questionar, mas não posso ir a favor de um projeto inconstitucional, especialmente, em um momento que essa mesma justificativa é de que projetos inconstitucionais fazem parte do Parlamento, porque o Governo está se omitindo. É a mesma crítica, a mesma frase que estivemos debatendo aqui, nesses últimos dias, sobre os projetos do Ver. Maroni. O Ver. Maroni faz diversos projetos que são inconstitucionais e usa da mesma justificativa, que ele coloca os projetos inconstitucionais porque o Governo Federal se omite em falar sobre os temas. E aí tem uma ampla crítica de todos os Parlamentares a respeito do tema, a respeito de estar se ocupando do Legislativo daquilo, e eu não vejo como dissociar uma coisa da outra. E, por isso, apesar de no mérito concordar, apesar de eu ter trabalhado na área e saber da importância, especialmente para o meio ambiente, de conseguirmos dar uma destinação mais adequada para os resíduos, eu não posso dar o voto de confiança a um projeto inconstitucional. Agradeço pela atenção.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Em votação nominal, solicitada por esta Presidência, o PLL nº 206/14. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) Oito votos **SIM** e 09 votos **NÃO**. Declaro nula a votação por falta de quórum deliberativo.

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB) – às 18h03min:
Encerrada a Ordem do Dia.
Passamos à

PAUTA - DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/05 minutos/com aparte)

2ª SESSÃO

PROC. Nº 2685/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 296/17, de autoria do Ver. Airto Ferronato, que inclui o evento Feira do Artesanato – Artesul no Anexo II da Lei nº 10.903, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Eventos de Porto Alegre e Calendário Mensal de Atividades de Porto Alegre –, e alterações posteriores, preferencialmente na segunda semana do mês de dezembro, e inclui inc. III no parágrafo único do art. 2º da Lei nº 11.213, de 6 de fevereiro de 2012, alterada pela Lei nº 11.575, de 12 de fevereiro de 2014.

PROC. Nº 3104/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 350/17, de autoria do Ver. Tarciso Flecha Negra, que concede o título de Cidadão de Porto Alegre ao senhor Renato Portaluppi.

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Não há inscritos para discutir a Pauta. Está encerrado o período de discussão de Pauta.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Nobre Presidente, eu queria deixar um convite a todos os Vereadores que subscreveram a Frente Parlamentar em Defesa da FASC e também a todos os servidores que aqui ficaram para acompanhar: vamos fazer o lançamento às 18h30min, no Plenarinho da Casa.

VEREADORA SOFIA CAVEDON (PT): Haverá aqui uma grande reunião hoje à noite, com as entidades dos municipais. Quero reforçar a importância da presença dos Vereadores, das Vereadoras, estão todos convidados. Estarão aqui as várias entidades, o Sindicato e os próprios servidores.

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Obrigada, Vereadora. Reforço mais uma vez mais o convite, para amanhã, às 9h30min, àqueles que puderem, para a visita técnica que vamos fazer na Usina de Asfalto da Restinga,

para verificar *in loco* por que aquela usina não está funcionando e também o porquê da má qualidade do capeamento asfáltico da cidade de Porto Alegre, dentro do projeto Câmara na Rua. Muito obrigado.

Estão encerrados os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 18h04min.)

* * * * *